

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE  
SÃO PAULO

CAMPUS PIRITUBA

Pós-Graduação *Lato Sensu* em Humanidades - Educação, Política e  
Sociedade

NATÁLIA MARIA SALLA

Escrevendo a história no século XXI: tendências e perspectivas  
historiográficas da contemporaneidade

São Paulo, 2023

NATÁLIA MARIA SALLA

Escrevendo a história no século XXI: tendências e perspectivas  
historiográficas na contemporaneidade

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista no curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Humanidades - Educação, Política e Sociedade do Instituto Federal de São Paulo - Campus Pirituba.

Orientador: Prof. Dr. Vagner Luis da Silva

São Paulo, 2023

Ficha catalográfica preparada pela Coordenadoria de Biblioteca  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Câmpus São Paulo Pirituba

S168c	Salla, Natália Maria Escrevendo a história no século XXI: tendências e perspectivas historiográficas da contemporaneidade / Natália Maria Salla – São Paulo, 2023. 42 f.: il.  Orientador: Prof. Dr. Vagner Luis da Silva  Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Humanidades - Educação, Política e Sociedade) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Campus São Paulo Pirituba.  1. Historiografia. 2. História. 3. Filosofia da História. I. Silva, Vagner Luis da Silva. II. Título.
-------	--

Elaborado por CRB-8/7494. Dados fornecidos pelo autor(a) via Sistema Pergamum.

NATÁLIA MARIA SALLA

**ESCREVENDO A HISTÓRIA NO SÉCULO XXI: TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS  
HISTORIOGRÁFICAS NA CONTEMPORANEIDADE**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para a obtenção do Título de Especialista, aprovado em sua forma final pelo curso Pós-Graduação Lato Sensu em Humanidades - Educação, Política e Sociedade.

São Paulo, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Vagner Luis da Silva  
Orientador  
Instituto Federal de São Paulo – Campus São Paulo Pirituba

---

Prof. Dra. Tatiana Aparecida Picosque  
Avaliadora  
Instituto Federal de São Paulo – Campus São Paulo Pirituba

---

Prof. Dr. Valdir Donizete dos Santos Junior  
Avaliador  
Instituto Federal de São Paulo – Campus São Paulo Pirituba

## RESUMO

SALLA, Natália Maria. **Escrevendo a história no século XXI: tendências e perspectivas historiográficas na contemporaneidade**. 2023. 42 f. Monografia (Pós-Graduação *Lato Sensu* em Humanidades - Educação, Política e Sociedade) - Instituto Federal de São Paulo, São Paulo, 2023.

Este trabalho tem a intenção de refletir sobre a escrita da história no século XXI dentro de uma perspectiva que contempla o saber histórico entre sua função pública e o papel dos historiadores nos tempos atuais. Para tanto, utilizaram-se as teses dispostas na obra *Manifesto pela História*, publicada em língua inglesa em 2014 (dos historiadores Jo Guldi e David Armitage), na qual os autores apontam o resgate do conceito de “longa duração” da Escola dos Annales como solução para o que identificam como a crise atual do campo historiográfico. Discorreu-se sobre as mudanças na escrita da história ao longo do século XX, a constituição de sua cientificidade e as crises apontadas nos debates sobre o ofício dos historiadores até o início do século XXI. Os argumentos utilizados por Guldi e Armitage foram contestados tanto na produção de língua inglesa como na brasileira. Por fim, foi realizada uma explanação da discussão bibliográfica estrangeira e brasileira que tensiona as características da escrita da história nas últimas duas décadas e debate os questionamentos contundentes à verdade do saber histórico desde as últimas décadas do século XX, o lugar da história nas humanidades digitais, o impacto da profusão de dados gerados e consumidos por meio do *Big data* na constituição de uma história que se torna digital e a história pública e global como respostas aos novos desafios colocados ao campo na atualidade.

**Palavras-chave:** Historiografia; Manifesto pela História; Longa duração; História Digital; História Pública.

## ABSTRACT

SALLA, Natália Maria. **Writing history in the 21st century: historiographic trends and perspectives in the contemporary times.** 2023. 42 f. Monografia (Pós-Graduação *Lato Sensu* em Humanidades - Educação, Política e Sociedade) - Instituto Federal de São Paulo, São Paulo, 2023.

This dissertation provides a reflection on the writing of history in the 21st C., within a perspective that contemplates historical knowledge between its public function and the role of historians in the current times. For this purpose, it has made use of the theses contained in the book *The History Manifesto*, published in 2014 by historians Jo Guldi and David Armitage, in which the recovery of the Long Duration concept from the Annales school is presented as a solution to what the authors identify as the current crisis of the historiographic field. It has pointed out the several changes in the writing of history throughout the 20th C., the nature of its scientific status, and the crises pointed out in the debates on the craft of historians up until the beginning of the 21st C. The arguments employed by Guldi and Armitage have been contested both by English and Portuguese authors. Lastly, it has carried out a thorough explanation of the bibliographic discussion, foreign and Brazilian, that stress the characteristics of history writing in the past two decades, debating questions concerning the truth of historical knowledge since the last two decades in the 20th C. It also discussed the impact of data generated and consumed through Big data in the establishment of a history that is becoming digital and public and global history as answers to the new challenges made to the field nowadays.

**Keywords:** Historiography; *The History Manifesto*; Long duration; Digital history; Public history.

## SUMÁRIO

Introdução.....	8
1. Historiografia: escrita da história.....	12
1.1. Antecedentes à modernidade da história como campo científico.....	12
1.2. A concepção moderna de história.....	14
1.3. A historiografia como disciplina.....	16
2. História e o “ <i>futuro público do passado</i> ” .....	19
2.1. A elegia da história, parte 1: “ <i>o fim da história e o último homem</i> ” .....	19
2.2. A elegia da história, parte 2: “ <i>a fogueira das humanidades</i> ” .....	22
2.3. A ode da história: <i>da historia magistra vitae à vita magistra historiae</i> .....	26
3. História nas interpretações para o século XXI... ..	28
3.1. Humanidades digitais e <i>Big data</i> na história digital.....	29
3.2. História pública e história global: intersecções contemporâneas.....	32
3.3. Novas fronteiras para a escrita da história na era da <i>pós-verdade</i> .....	35
Conclusão.....	38
Referências bibliográficas.....	40

## Introdução

Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, os artefatos ou as máquinas, por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serviçal da erudição. Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que lá está a sua caça<sup>1</sup>. [Marc Bloch, 1944].

O ano era 1931 e o historiador norte-americano Carl Lotus Becker (1873-1945) tornara-se presidente da *American Historical Association*, associação profissional de historiadores mais antiga dos Estados Unidos, fundada em 1884. Em seu discurso de posse, intitulado “*Everyman his Own Historian*”, publicado no ano seguinte na revista da associação (a até os dias de hoje existente *American Historical Review*), Becker propõe o debate que consolidaria o “*New History*”, movimento intelectual que já havia sido nomeado em 1911 pelo historiador norte-americano James Harvey Robinson (1863-1936). Para a “nova história” produzida e escrita nos Estados Unidos desde o início do século XX, o passado precisava ser estudado em todas as dimensões possíveis do humano, associando-se às descobertas e teorias de outras áreas das humanidades, como a economia, a sociologia, a antropologia e a geografia, e não apenas dos eventos políticos (BURKE, [1990]/2010). Além disso, os historiadores dessa corrente, chamados progressistas, entendiam a história como um estudo indissociado do tempo presente e da memória.

Todas essas características eram já naquele momento identificadas em correntes historiográficas existentes fora dos Estados Unidos. No mesmo período, precisamente em 1929, dois historiadores franceses, Marc Bloch (1886-1944) e Lucien Febvre (1878-1956) publicaram a primeira edição dos *Annales d'histoire économique et sociale*, uma revista nascida pretensamente para tratar de toda história econômica e social, cujo nome inspirou-se nos *Annales de Géographie* do geógrafo Vidal de la Blache (1845-1918) — essas intersecções entre sociedade, economia e geografia para o estudo da “*história total*” permearam a chamada Escola dos Annales durante décadas e em suas três identificadas gerações.

Ao longo do século XX essa corrente historiográfica francesa influenciaria tanto o uso de diversas fontes (para além dos documentos oficiais), como os métodos de pesquisa — com a história-problema constituindo-se a espinha dorsal das investigações — e o entendimento da estrutura da história em si entre as mudanças econômicas e sociais de longo prazo (a *longue durée*, ou seja, “longa duração”) e as mudanças geo-históricas de muito longo prazo, em detrimento à denominada história dos acontecimentos — esta, “(...) “*não mais que a espuma nas ondas do mar da história*” (BURKE, 1991, p. 12, em citação a BRAUDEL). Empreitada intelectual, cuja síntese

---

<sup>1</sup>BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 54.



contida na derradeira obra de Marc Bloch (inacabada e assim publicada pouco depois do autor ser fuzilado pelos nazistas, intitulada **Apologia da história ou o ofício do historiador**), intencionava descobrir e explicar as ações humanas (ou, nas palavras do autor citadas no início, a “*carne humana*”). Ainda que toda epistemologia da Escola dos Annales estivesse na sua origem dedicada a opor-se ao positivismo que estrutura **Introdução aos Estudos Históricos** (publicado pela primeira vez em 1897), de Charles Victor Langlois (1863-1929) e Charles Seignobos (1854-1942), diversos movimentos anteriores aos franceses que propuseram uma revolução da historiografia já tinham sido colocados em marcha desde pelo menos o século XVIII (BURKE, [1990]/2010) e outros concomitantemente, tal qual a *New History* norte-americana. No entanto, naquele momento, ao menos na tradição historiográfica europeia, essa nova forma de escrever e refletir a história era assim compreendida, pois as influências do positivismo de Leopold von Ranke (1795-1886) davam a tônica da sua produção e a história política, descrita por meio dos documentos oficiais, era defendida como a única cientificamente possível para historiadores profissionais.

E mesmo nos Estados Unidos, os historiadores integrantes da nova história americana reivindicavam um novo modo de fazer história, tal como proferiu Carl Becker em 1931. O período após a Primeira Guerra Mundial em muito influenciou, portanto, a recuperação de uma nova história já assim identificada duzentos anos antes. E, ao longo do século XX, diferentes processos e métodos foram incorporados à construção do conhecimento histórico e, concomitantemente, alterou-se o entendimento sobre a natureza do conhecimento histórico e as possibilidades da sua cientificidade - atreladas, indubitavelmente, aos próprios momentos de sua consecução. À reflexão proposta por Becker de um lado do Atlântico sobre como construímos (voluntária e involuntariamente) os dados e somos historiadores, “*Everyman*”, nos procedimentos e na escrita da história (sobretudo na importância que o autor dá, ainda no começo do século XX, para a memória) somava-se do outro Bloch, Febvre e seus discípulos, que alargavam não apenas os métodos, mas os objetos de atenção e discurso dos historiadores, na pretensão da “*história total*”.

A segunda metade do século XX viu a historiografia ocidental trançar-se em algumas tendências e abordagens que paulatinamente tornaram-se mais hegemônicas em uma e outra localidade, conforme a circulação do conhecimento dava-se de forma mais ampla. A força do projeto da Escola dos Annales da história total pode ter se diluído em algumas décadas, mas a demanda da História global trouxe tais reflexões ao campo de disputa historiográfico repaginadas ao final do século XX. A historiografia profissional brasileira, por exemplo, nascida na universidade e, mesmo antes, tomada pelo ideal de elaboração das histórias nacionais, posteriormente construía-se, na segunda metade do século passado, associada às demandas internas — do Brasil e também da América Latina — muito sob influência da Escola dos Annales. Aqui, no entanto, nosso quadro político e socioeconômico manteve a intelectualidade aguerrida a um marxismo necessário

para compreender o local dessa nação nas disputas do período, tanto dentro como fora de suas fronteiras. Escrever a história do Brasil e produzir o pensamento sobre a história a partir do Brasil era lidar com nossos dilemas políticos, econômicos e sociais. Ademais, entre os anos 1970 e 1990, lidar também com as primeiras influências do pensamento das humanidades na vertente pós-colonial, bibliografia essa que passava a ser consumida e apropriada e cujas reflexões eram atravessadas pelos debates concernentes à globalização. À produção historiográfica do Brasil, exemplar legítimo da colonialidade e inserido na dinâmica global, os desafios dos anos finais do século XX e do início do século XXI como a época da informação e da comunicação se interpõem.

Portanto, a elaboração da heurística do fazer do historiador à sua escrita é constituinte do ofício desde largo tempo, perpassando da monumentalização do documento a sua total relativização, o que fica patente nas diferenças de forma e conteúdo entre as três gerações da Escola dos Annales — tendo chegado mesmo a História, ciência humana que não fugiria à regra dos modismos da pós-modernidade, ser acusada no tribunal público de que sobre verdades não falava. Pois, não se alcançaria o passado nem sequer antes mesmo com os métodos de Ranke ou da denominada história tradicional e ainda mais no final do século XX, com toda a gama documental que, ao longo de décadas, foi sendo incorporada ao fazer histórico. Na era da ciência de dados e do *Big data*, esquecer é tão importante quanto lembrar. E essa dimensão precisa estar no horizonte de expectativas do historiador do século XXI. O presente traz a arqueologia digital e os dados não indexados como limitações ao historiador em sua formação curricular e técnica, pois o treinamento necessário à prospecção desses dados ainda não está compreendido neste espaço de experiência do ofício. A inteligência artificial e os algoritmos fazem a seleção da informação produzida e a transforma em documentos, e não o historiador. Ou seja, faz-se necessário construir uma nova heurística para os tempos digitais. Somado a isso, para a historiografia brasileira, é preciso ter em norte as muitas discussões já travadas sobre a geografia e a temporalidade dessa produção em relação aos seus pares, levando-se em consideração a nossa posição e papel diante da historiografia mundial. Paulatinamente o entendimento da memória como parte constituinte, mas não idêntica — e, para algumas correntes historiográficas ligadas às tradicionais, conflitante — à história ganhou novos significados, ainda que Carl Becker já a anunciasse como necessária à sua escrita no início do século XX. Em meio à profusão documental do início do século XXI e do embotamento das fronteiras da história profissional, o entendimento da constituição material e simbólica, coletiva e individual da memória passa a ser revisto e ressignificado.

Os questionamentos sobre a heurística e o ofício da história anunciaram algumas crises do campo historiográfico desde as últimas décadas do século XX, para as quais os teóricos buscam e sugerem soluções, tentando abarcar as idiosincrasias da nossa era documental e as características monográficas das pesquisas históricas, em oposição às antigas grandes sínteses, que inclusive

almejavam a história total. O trabalho a seguir tem por objetivo apresentar essas características da trajetória da escrita da história nas últimas décadas, partindo das concepções da história moderna em oposição a seus antecedentes imediatos e trazer algumas das atuais reflexões em relação ao fazer histórico no início do século XXI.

No capítulo 1 apresentamos a constituição do campo da história da historiografia moderna, entendida como a possibilidade de uma história científica, que prescindiu da memória e alçou tanto o ofício de historiadores profissionais como os métodos de análise documental, nas transformações do olhar dos historiadores aos seus objetos como nos seus métodos. No capítulo 2 discutimos as anunciadas crises da historiografia ocidental e as respostas ofertadas ao embate do campo, a partir das propostas apresentadas em uma obra publicada em 2014, **The History Manifesto**, de Jo Guldi e David Armitage, que propõe como solução aos dilemas historiográficos o resgate da função pública dos historiadores, seu envolvimento com as análises de grandes dados e com a perspectiva tanto da história global como da história total - projeto ao qual atribuem a necessidade de voltar ao método da “longa duração”. Não obstante as crises do campo historiográfico ainda estarem na ordem do dia dos teóricos da área, o programa de pesquisa de Guldi e Armitage foi criticado de diferentes formas nos últimos anos e apresentamos também essas discordâncias. Por fim, no capítulo 3, apresentamos algumas reflexões sobre as tendências e perspectivas atuais da historiografia, na relação com as tecnologias digitais (para produzir história e ser historiador) e a necessidade de discutir a relação com a verdade (e a produção historiográfica por historiadores profissionais em meio a tantos documentos e, nisso, como as pessoas produzem verdade sobre si e sobre a sociedade), além das tendências da história global e pública, como algumas das saídas teóricas para o tratamento das fontes e do discurso historiográfico de síntese nos tempos atuais.

## **1. Historiografia: escrita da história**

O historiador francês Antoine Prost (1933-) dedicou um capítulo em sua mais famosa obra sobre teoria da história, publicada em 1996, àquele que considera um dos maiores deveres do historiador, qual seja, representar e fazer compreender o passado por meio das palavras, pois, de acordo com o autor, “*A história se escreve*” e são as marcas de historicidade, ou seja, sua ligação com o externo, sobretudo com os documentos, que aferem sua possibilidade de existência como texto de história (PROST, [1996]/2012, p. 235). O seu argumento está em estreito diálogo com outro autor francês, Michel de Certeau (1925-1986) que a esse aspecto da história dedicou um livro todo **A escrita da história**, de 1975, no qual conceitua o que denomina como operação historiográfica. Tal definição, não obstante ter sido elaborada por um representante da terceira geração da Escola dos Annales (BURKE, [1990]/2010), ou seja, da tradição francesa, influenciou a produção historiográfica em muitos lugares diferentes. O historiador, de acordo com Certeau (1975), ao produzir e escrever história, faz uma operação que implica a combinação de um lugar social a partir do qual a história é produzida com técnicas e práticas próprias da profissão, ou seja, sua dimensão científica, e a escrita em si, meio pelo qual essa operação se consolida. O historiador Peter Burke (1937-) utilizou o mesmo título de Certeau em uma obra organizada por ele em 1991, acrescentando o subtítulo “*Novas perspectivas*”, na qual são apresentados vários estudos que reinvidicam temas atrelados à história não tradicional (como história das mulheres, micro-história, história oral, história das imagens, entre outros).

Essa compreensão da cientificidade da história, para além da análise dos documentos escritos e oficiais e como instrumento legítimo de explicação sobre as sociedades humanas em sua totalidade, desassociada de apenas seus aspectos políticos, está em oposição ao que se entendia como a história tradicional. O regime de autoridade da história como ciência constituiu-se pela historiografia, ou em outras palavras, sua escrita e, ao mesmo tempo, a reflexão sobre ela e seu fazer. O presente capítulo apresenta algumas das diferentes perspectivas sobre a escrita da história e sobre a concepção da historiografia na oposição entre a história tradicional e a nova história das primeiras décadas do século XX e suas reconfigurações nas décadas seguintes.

### **1.1. Antecedentes à modernidade da história como campo científico**

A definição de história tem um passado tão longo como a própria humanidade que sobre si sempre relatou e, no processo, dadas as mais diversas motivações sociais, escolheu o que relatar. Como Bloch inicia em sua última obra, mesmo sendo a palavra história antiquíssima, “(...) *para grande desespero dos historiadores, os homens não têm o hábito, a cada vez que mudam de*

*costumes, de mudar de vocabulário*” (BLOCH, [1949]/2010, p. 59). A “*historia magistra vitae*” (história mestra da vida) de Cícero por séculos orientou a escrita da história, ainda que a compreensão sobre o que é e como se faz e escreve a história tenha muito se alterado, sobretudo a partir de sua concepção científica, atribuída a Leopold von Ranke. O autor prussiano, tendo produzido na primeira metade do século XVIII, afirma que a história deveria ser contada como realmente aconteceu. O entendimento do tempo naquele momento, já imbuído da ideia de progresso e, mesmo antes, da escatologia, em muito diferia da época em que Cícero denota à história uma função que podemos denominar hoje como educativa (ou, no termo de Cícero, *exempla*), tal como afirma o historiador alemão Reinhart Koselleck: “(...) a história seria um cadinho contendo um objetivo pedagógico; ou, nas palavras de um dos antigos, a história deixa-nos livres para repetir sucessos do passado, em vez de incorrer, no presente, nos erros dos antigos” (KOSELLECK, [1979]/2006, p. 42). Essa concepção da história em muito se alterou, mas o vocábulo permaneceu.

A constituição de um método para se escrever a história é também anterior a Ranke, pois ainda no século XVII pode-se localizar tanto o entendimento do caráter científico da história ao “*verum ipsum factum*” (o verdadeiro é o fato em si) de Giambattista Vico, que influenciou Ranke em seus escritos (IDEM, p. 54) como a *Diplomatica* de Jean Mabillon, que estabeleceu os critérios para a aferição da autenticidade de documentos (CADIOU, 2007, p. 60), tradições essas, no entanto, imbuídas de uma filosofia da história que se alteraria sobremaneira na modernidade, não apenas pela mudança na concepção do tempo como também pela relação que se estabeleceria entre a história e a formação dos Estados-Nação. Ranke, assim, definiu o método histórico com base na análise de fontes primárias e acreditava poder extrair diretamente dos documentos os fatos, o que influenciou a história política por décadas. Há diferenças entre o iluminismo francês e o (proto) alemão sobre os quais não nos deteremos aqui. No entanto, é preciso lembrar que, no caso alemão, as ideias e práticas de Ranke (que serviu à corte prussiana e produziu na Universidade de Berlim) estruturaram o historicismo alemão, para o qual o conhecimento histórico pode ser depreendido de forma objetiva e descolada da realidade social. A narrativa histórica baseada apenas nos acontecimentos políticos já era, entretanto, no século XVIII contestada por diversos autores, sendo inclusive possível encontrar trabalhos dedicados à história sociocultural e econômica muito anteriormente à revolução historiográfica do início do século XX:

Desde os tempos de Heródoto e Tucídides, a história tem sido escrita sob uma variada forma de gêneros: crônica monástica, memória política, tratados de antiquários, e assim por diante. A forma dominante, porém, tem sido a narrativa dos acontecimentos políticos e militares, apresentada como a história dos grandes feitos de grandes homens - chefes militares e reis. Foi durante o Iluminismo que ocorreu, pela primeira vez, uma contestação a esse tipo de narrativa histórica (BURKE, [1990]/2010, p. 17).

Peter Burke na introdução de **A Escola dos Annales** faz uma breve exposição elencando esses exemplos e nos lembra que inclusive durante todo o século XIX pelo menos na França, na Inglaterra e no que se tornou a Alemanha houve historiadores que continuaram a se preocupar com a história em diferentes aspectos e que até mesmo contestavam os princípios rankeanos de extração pura dos fatos a partir dos documentos. Mas, afirma também os dilemas entre historiadores e sociólogos no século XIX, no momento em que se estabeleciam as delimitações profissionais dos campos disciplinares, no qual Durkheim expressou seu desprezo pelos eventos e Simiand acusou os historiadores de se aguerrirem aos ídolos das origens (IDEM, p. 22 e BLOCH, [1949]/2001, p. 56).

Esse quadro é parte do que compôs o que os historiadores da nova história do século XX denominaram história tradicional. Ainda que Langlois e Seignobos em **Introdução aos Estudos Históricos**, obra de 1897, discordassem de Ranke ao entenderem que os fatos históricos não estão prontos, mas são construídos pelo método crítico a partir da análise documental, os historiadores tanto da nova história francesa como norte-americana reivindicaram as suas compreensões sobre a natureza do conhecimento histórico e o modo de fazê-lo como novidade em oposição à história tradicional, e nela incluíram Langlois, Seignobos e seus pares. Burke (1992) resume a história tradicional em seis características fundamentais: centrada no tema da política, escrita como narrativa dos acontecimentos, feita de cima, baseada em documentos, crendo-se individualista e objetiva. E foi em oposição a esses atributos que a nova história se colocou no início do século XX. O debate sobre o uso de historiografia como a alcunha preferida para essa diferenciação em relação à história também se constituiu ao longo do século XX, mas o termo já era empregado no século XIX, pois: “*Historiografia seria a atividade e o produto da atividade dos historiadores e também a disciplina intelectual e acadêmica por eles constituída*” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 36). O emprego do termo está indissociado do entendimento da história como uma disciplina científica em sua acepção moderna, apropriada e complexificada pela nova história, que deu novos contornos à escrita e, portanto, à própria historiografia.

## 1.2. A concepção moderna de história

Aos historiadores dos séculos XX e XXI a definição da história como uma “*ciência na infância*”, apesar de uma “*ciência em marcha*” como cravou Bloch em **Apologia da História** (BLOCH, [1947]/2001, p. 47) pode soar demasiado pessimista. Não mais pessimista que Paul Veyne (1930-2022) no seu apanágio da história como tudo menos ciência. O autor, francês e contemporâneo aos seus pares da terceira geração da Escola dos Annales, contrário à influência do marxismo ortodoxo na história e importante referência para a história cultural — inclusive, que se fortaleceria nas últimas décadas do século XX, assim como a história das mentalidades, que muito

relaciona-se com Veyne —, publicou um pequeno ensaio sobre historiografia no início dos anos 1970, no qual afirma, já de início, por exemplo:

A história não é uma ciência e não tem muito a esperar das ciências; ela não explica e não tem método; melhor ainda, a História, da qual muito se tem falado nesses dois últimos séculos, não existe. Então, o que é a história? O que fazem, realmente, os historiadores, de Tucídides a Max Weber ou Marc Bloch, quando saem de seus documentos e procedem à “síntese”? O estudo, cientificamente feito, das diversas atividades e das diversas criações dos homens de outrora? A ciência do homem em sociedade? Das sociedades humanas? Bem menos do que isso; a resposta a essa pergunta não mudou nesses dois mil e duzentos anos que se passaram desde sua descoberta pelos sucessores de Aristóteles: os historiadores narram fatos reais que têm o homem como ator; a história é um romance real. Resposta que, à primeira vista, não parece dizer muita coisa. (VEYNE, [1971]/1998, p. 12).

A história buscou seu lugar dentro do edifício científico desde pelo menos o final do século XIX. A escola metódica de Langlois e Seignobos foi, sobretudo, esse esforço. E, mesmo antes, no século anterior ainda: “*Da experiência do passado, das histórias e crônicas que ensinavam as lições da história, emerge, após a Revolução Francesa, um conceito de história como realidade unificada e processual. A história passa a ser entendida como singular coletivo*” (NICODEMO; PEREIRA; SANTOS, 2018, p. 13). Mas essa característica de delimitar a história como ciência foi objeto de disputa ao longo de todo o século XX. Veyne, que tinha como objetivo opor-se aos marxistas, à história quantitativa e ao projeto de história total dos Annales, foi apenas um desses contraditórios à história como ciência. O pós-modernismo e a história baseada no resgate das narrativas trilharam o mesmo caminho (MOURA, 2000 e AFONSO, 2018). A concepção moderna de história, desta como ciência, buscou suprir as demandas necessárias exigentes a tais características como campo num período já avançado no início do século XX e a Escola dos Annales foi talvez a mais profícua e influente — ao menos no mundo ocidental — resposta. Bloch e Febvre entendiam estar assim opondo-se ao que denominaram de positivismo da escola metódica de Langlois e Seignobos. Burke afirma sobre o movimento: “*Os Annales começaram como uma revista de seita herética. (...) Depois da guerra, contudo, a revista transformou-se no órgão oficial de uma igreja ortodoxa. Sob a liderança de Febvre, os revolucionários intelectuais souberam conquistar o establishment histórico francês*”. (BURKE, [1990]/2010, p. 48).

Nos detemos aqui à divisão posterior já clássica sobre as gerações da Escola dos Annales sintetizada didaticamente por Burke ([1990]/2010) por ter sido essa a filiação histórica evocada por Guldi e Armitage em seu projeto constante da obra **Manifesto pela História**. Pois, os autores ao tratarem das crises da historiografia, no início do século XXI, sugerem o resgate do conceito de “longa duração” (característica da segunda geração dos Annales) e da história total e de síntese como solução para todas as crises posteriores da história. Temos que as crises de identidade da história foram muitas - citamos aqui apenas algumas — e quase todas circunscritas sobre o que fazem os historiadores e como se colocam como cientistas da compreensão da atividade humana no

mundo. O projeto da Escola dos Annales, constituído em um momento de ascensão da ciência e das comunidades científicas, transformou-se ao longo do século XX e as suas gerações diferenciaram-se ao longo do tempo nos objetos e na definição científica da própria história. Da primeira geração dos Annales, em sua proposta totalizante da explicação sobre as sociedades humanas e a história-problema orientando as questões dos historiadores, desdobrou-se a segunda, entre os anos 1940 a 1960, aproximadamente, cujo principal autor foi Fernand Braudel (1902-1985). Sobre as características de atuação profissional dessas duas primeiras gerações, afirma Prost:

A escola dos Annales havia tirado partido da conjuntura científica das décadas de 30, 40 e 50 para transformar a história em ciência social englobante. A contestação veio não tanto da sociologia, mas sobretudo da etnologia com Lévi-Strauss. Diante desse desafio, Braudel reivindicou para a história o domínio da longa duração e das estruturas; por tratar-se de uma posição forte e dominante, as outras ciências sociais apareciam como ciências do tempo curto, do momento presente. No entanto, a história assenhorou-se dos objetos dessas ciências para abordá-los à sua maneira; essa contradança acabou desencadeando a fragmentação da história (PROST, [1996]/2012, 205-206).

Assim, a segunda geração dos Annales aprofundou sobremaneira o conceito de história total e Braudel teorizou pela primeira vez a “longa duração” em 1958 (ARMITAGE; GULDI, [2014]/2018, p. 30). Sua divisão dos tempos históricos almejava alcançar a história total - e contrapor-se à outras ciências humanas. À história caberia principalmente a estrutura como principal objeto e orientador de sua escrita, compreendendo os tempos alargados em séculos e incluindo até mesmo a relação com a geografia e o ambiente. No entanto, como afirma Prost, acima, e outros teóricos, a história não conteve-se com os fenômenos geo-históricos e os de longa duração. No decorrer da segunda metade do século XX viu-se a fragmentação da história — em muitos diferentes temas e temporalidades —, concomitante às tentativas de delimitação da historiografia como a história científica e a criação de métodos de investigação e de explicação ontológica sobre a história mesmo para os seus objetos que já não eram nem estruturais nem sintéticos.

### **1.3. A historiografia como disciplina**

A constituição do termo historiografia desde o fim do século XIX e, mais fortemente ao longo do século XX, é patente do desenvolvimento da história como campo científico, vocação forjada na sua profissionalização e na reflexão sobre suas possibilidades de método e objeto - que, como vimos, não foi unânime e resultou nas anunciadas crises aferidas pelos teóricos do campo. Além disso, a conceituação da historiografia como forma de escrever a história tem ligação com a sua presença na universidade e com a sua especialização: *“Trata-se, assim, provavelmente de uma sofisticação do próprio conceito de história e também da radicalização da pretensão científica desse conceito. Pelo menos nas línguas românicas, a categoria ‘historiografia’ abre, portanto, um*



*novo espaço de experiência, a saber: da história 'científica' profissional e universitária*" (NICODEMO; PEREIRA; SANTOS, 2018, p. 24). Portanto, historiografia foi a forma encontrada no léxico para uma reflexão sobre o fazer da história e estabelecer suas novas formas de escrita, ou seja de ser história. Não o passado vivido e tampouco o passado como ele realmente aconteceu, mas também, para a história nova, não apenas o passado de algumas categorias de pessoas, classes ou temas. O que se denomina como terceira geração dos Annales pouco teve a ver com o projeto inicial de Bloch e Febvre ou mesmo de Braudel da história total e das grandes sínteses, que almejavam compreender em seus escritos todo o passado da humanidade. Mas se manteve a investigação a partir da noção cada vez mais alargada de documentos e do olhar do historiador sobre os vestígios a partir dos quais se constroem os fatos. No entanto, após décadas de influência de várias correntes historiográficas, ao movimento foi dada a identificação de terceira geração, sobre a qual afirmam (não muito elogiosamente) Bourdieu e Martin:

A história nova, eis um nome controlado, lançado no mercado em 1978, por algumas grandes figuras da Escola dos Annales, que está longe de ter unanimidade no mundo dos historiadores. (...) nos grandes batalhões da corporação histórica, onde se denunciam, misturados, o lado publicitário da iniciativa, as concessões à linguagem midiática, o aventureirismo de determinadas investigações conduzidas como etno-história ou como psico-história, e sobretudo o imperialismo intelectual de uma corrente que reivindica a 'renovação de todo o campo da história' ignorando deliberadamente a contribuição de alguns inovadores de primeiro plano (BOURDIEU; MARTIN, [1982]/1990, p. 136).

O rompimento com a história tradicional foi alegado por movimentos de historiadores em várias outras paragens. E não pode ser referendada apenas pelos membros da historiografia francesa. Podemos citar, além da nova história norte-americana de Robinson e Becker do início do século XX, a micro-história iniciada pelo italiano Carlo Ginzburg (1939-) — que, inclusive, Guldi e Armitage também identificam como uma das motivações da crise atual da historiografia, por ter ajudado a causar o que denominam a problemática visão de curto prazo dominante na história no século XXI, após seu espalhamento pelas tendências oriundas da história não tradicional — e a nova história inglesa de viés marxista, em nomes como Edward Thompson (1924-1993), Christopher Hill (1912-2003) e Eric Hobsbawm (1917-2012), pioneiros da história vista de baixo. A nenhum desses movimentos, no entanto, é atribuída a classificação de uma história nova, mas são patentes as interposições entre essas novas formas de conceber e escrever a história, os objetos, os métodos, as reflexões sobre a humanidade e sua trajetória — todos movimentos que romperam tanto com o positivismo como com o historicismo, correntes essas que entendiam ser possível compreender a história de forma objetiva exclusivamente com base nos documentos e descolada da análise social. E que seriam escritas de forma a comunicar um passado homogêneo e progressista.

A historiografia tornou-se, assim, ao longo do século XX, uma disciplina. Contudo, não sem uma miríade de crises anunciadas e diversas tendências diferentes na escrita da história e na sua

ontologia. E que pretendeu romper com a escrita anterior da história tradicional. Por exemplo, Veyne (1971) aponta os problemas do estabelecimento da historiografia por ser uma maneira ocidental de escrever a história, ligada à narrativa cronológica, ao ser entendida como a única forma de fazê-la, mas dessa perspectiva não prescinde, afirmando: “*a historiografia é uma luta incessante contra nossa tendência ao contra-senso anacrônico*” (VEYNE, [1971]/1998, p. 72). Mesmo um membro defensor do caráter não científico da história, como Veyne, não deixa de tratar de historiografia e suas pretensões como o modo de escrever e refletir a história. Ademais, o historiador espanhol Julio Aróstegui (1939-2013) afirma sobre a relação da história com a historiografia:

A História nasceu a serviço do poder, não constituía um conhecimento como o dos astros, a geografia ou a matemática. E somente Heródoto confessou escrever ‘para evitar que com o tempo os fatos humanos caíssem no esquecimento’. A História foi sempre tida como um ‘legado’ consubstancial ao humano, que distinguia o homem da natureza, mas apenas os ‘fatos memoráveis’ dela faziam parte. (...). A História era e é uma expressão de identidade e por isso teve sempre uma função subordinada: ao poder, às ideologias sociais, políticas ou religiosas; seu conhecimento tem estado ligado à elite dominante, à nação e ao Estado. Por não ser um conhecimento desinteressado, dificilmente pôde ser um conhecimento teórico. Por isso, a história da historiografia não se entende fora do contexto geral das formas sociais e das ideias de cada momento (ARÓSTEGUI, 2006, p. 43).

Desta feita, a historiografia também tem uma história e a circularidade dos conceitos atesta as próprias contradições de se escrever história ao longo do tempo. Das diversas tentativas de alçar à ciência o conhecimento histórico e as de dirimi-la o século XX teve muitos exemplos. Mantiveram, inclusive, espaço aberto às contestações não apenas dos métodos de encontrar as leis de causas e consequências das ações humanas no tempo — o que quase historiador nenhum reivindica desde o início do século XX —, mas também da sua própria delimitação teórica e, em alguns casos, da pertinência da sua existência. Este é um debate que não está findo nem nas décadas iniciais do século XXI, não obstante ainda sejamos arraigados não aos ídolos das origens, mas aos métodos da investigação histórica de base documental e, principalmente, da forma de comunicá-la nos termos de uma comunidade científica que, apesar de não ser uníssona, reconhece a importância da sua escrita como ofício, na articulação entre o passado investigado e o presente vivido.

## 2. História e o “*futuro público do passado*”

Em 2014 os historiadores Jo Guldi (1978-) e David Armitage (1965-), professores universitários nos Estados Unidos, publicaram um pequeno livro intitulado **The History Manifesto**, traduzido para língua portuguesa no Brasil em 2018 como **Manifesto pela História**, no qual propõem, tal como os panfletos que lhe inspiraram, o tom de chamamento à classe dos historiadores para refletirem sobre o futuro do ofício e da história em si no século XXI. Ao se perguntarem e inquirirem os colegas da área — e todos os interessados em história — se para ela haverá um futuro em meio ao *short-termism* (a visão de curto prazo) e à sobrecarga de informações do *Big Data*, Guldi e Armitage propõem o resgate da *historia magistra vitae* como luz ao futuro para aprendermos a lidar melhor com nosso presente. O *short-termism*, na definição dos autores, unido à era da informação em quantidades jamais vistas configura, para eles, a nossa atual “*fogueira das humanidades*” (ARMITAGE; GULDI, [2014]/2018, p. 7). Ou seja, ao mesmo tempo lidamos com a avalanche de informação a ser tratada como conhecimento (BURKE, 2016) e vivemos a efemeridade que, em sua urgência, impõe à escrita da história a necessidade de rever suas metodologias e epistemologias. Os tempos passado, presente e futuro confundem-se e se sobrepõem, os métodos revisitam-se, as funções questionam-se, tudo isso posposto aos reveses com os quais o conhecimento histórico lida desde fins dos anos 1980 em suas bases. Crises nos paradigmas da historiografia são tratados pelos teóricos da história desde pelo menos os anos 1970 e 1980 — sem, contudo, obliterar as diversas movimentações anteriores contrárias à história tradicional — permanentes, de acordo com Guldi e Armitage, até as décadas iniciais do século XXI. E, para solucioná-las, Guldi e Armitage propõem a retomada da “longa duração” característica da segunda geração da Escola dos Annales como metodologia ao fazer histórico, no entanto, adequada ao século XXI e, portanto, incorporando algumas das problemáticas colocadas à história nas últimas décadas, entre elas a necessidade de lidar com o *Big data* e a manutenção das contribuições da micro-história. Pois, para eles, a história precisa lidar com o apelo por um “*futuro público do passado*” (ARMITAGE; GULDI, [2014]/2018, p. 177). O presente capítulo trata das crises dos paradigmas historiográficos desde as décadas finais do século XX, apresenta a tese de Guldi e Armitage e as críticas posteriores feitas ao **Manifesto pela História** e aponta algumas das reflexões sobre a função dos historiadores e da historiografia no século XXI.

### 2.1. A elegia da história, parte 1: “*o fim da história e o último homem*”

Talvez a obra mais conhecida do economista Francis Fukuyama (1952-) seja **O Fim da História e o último homem**, publicada em 1992, em extensão a um artigo do mesmo autor, editado

logo após a queda do muro de Berlim, em 1989. Talvez, até a elaboração de Fukuyama seja mais conhecida do que ele mesmo. Não obstante o apelo catastrofista de sua constatação, muitos historiadores atribuíram, naquele mesmo momento e na década seguinte, ao fim do socialismo real uma nova era para compreender os tempos passados e os atuais (IGGERS, 2010). Com o fim da URSS, a consolidação das políticas neoliberais e, ao menos até a primeira década do século XXI, de governos social-democratas no mundo ocidental e a organização de hard e soft powers entre as nações em meio ao jogo da globalização, a história como forma de conhecer e interpretar o mundo continuou a questionar-se e reinventar-se. A aparente paz do fim do motor da História alegada por Fukuyama, no entanto, não passou de chiste aos historiadores que continuam a se debruçar sobre nossos dilemas. Pois, sim, estamos em um período de crise, não apenas do *short-termism* nos termos de Guldi e Armitage, como também das humanidades e entre eventos geopolíticos (2001 e anos seguintes) e econômicos (2008 e anos seguintes), sobretudo que continuam a intrigar os intelectuais a explicar e compreender esses tempos e como chegamos aqui. Além disso, e mesmo antes dos textos de Fukuyama, a crítica à ciência ocidental como único referencial cognitivo, não pelo seu emprego, mas pela sua natureza esteve presente em algumas das tendências historiográficas mais recentes.

Os autores influenciados pelo pós-modernismo advogaram o caráter metafórico e retórico da história-disciplina constituída entre embates ao longo do século XX, o que a desautorizaria a fazer afirmações sobre o passado, flexibilizando-a como uma das narrativas possíveis, tal como escreveu Hayden White e seus pares, em defesa de uma subjetividade dessa história (inclusive na escolha das fontes), existindo, portanto, apenas uma história-devir — conceito de autoria de Hayden White, um historiador norte-americano contemporâneo do francês Paul Veyne. Em oposição, os autores filiados à micro-história, como Carlo Ginzburg e outros, no mesmo período discordavam, afirmando que retórica e prova da verdade não estão separadas (MOURA, 2000). Os pressupostos da micro-história (centrada no indivíduo, mas muito destoante dessa característica outrora constituinte da história tradicional, pois imbuída do quadro social da história nova e atenta não aos grandes líderes, mas aos mais diversos personagens), inclusive, estariam presentes na historiografia de fins do século XX e não configuram, em si mesmos, a objeção das fontes e da verdade histórica. Outros historiadores juntaram-se à crítica a essa influência do pós-modernismo na história, especialmente a partir dos anos 1990, ainda que muitos dos temas por eles levantados passassem a ser incorporados ao campo, não obstante os problemas epistemológicos para as fundações do conhecimento histórico em si daí advindos. François Hartog (1946-), por exemplo, disserta sobre o presentismo e o fim das grandes narrativas de síntese (REIS, 2012), nesse sentido em consonância com o que depois propuseram Guldi e Armitage.

Não apenas as escalas se alteraram, posto que entre elas até mesmo pudesse haver um diálogo na defesa do edifício da história como forma de conhecimento científico do passado (e do presente): “(...) *compreendendo a relevância de percepção dos fenômenos na longa duração, para evocar a perspectiva braudeliana, bem como as nuances quase que imperceptíveis que o paradigma indiciário é capaz de revelar*” (AFONSO, 2018, p. 9). As tendências temáticas variaram, assim, nos anos 1980, mais próximas à memória, identidade e patrimônio. Na década seguinte, narrativas locais e nacionais inseridas e analisadas em contexto global, inclusive trazendo à baila a polêmica que já estava na fundação da nova história norte-americana em relação ao papel da memória, principalmente local, como constituinte, diferente ou até mesmo a própria história em si, foram incorporadas (SANTOS; NICODEMO; PEREIRA, 2017). E, ainda no final do século XX, pouco antes das publicações de Fukuyama, já eram presentes na historiografia não ocidental de base pós-colonial debates que foram decorrentes do “giro linguístico”<sup>2</sup> e que deram origem à nova história cultural, pois: “*A historiografia, depois de 1990, também foi obrigada a informar novos caminhos - no que ela naturalmente estabelece uma continuidade clara em relação à historiografia precedente*” (IGGERS, 2010, p. 107), compondo as diferentes temáticas, cuja influência nas formas da historiografia foi condicionante, sem contudo abrir mão de uma historiografia pregressa, assentada nos métodos da história não tradicional. Assim, os estudos pós-coloniais se espalharam por diferentes locais na produção do conhecimento histórico, influenciando, por exemplo, a produção historiográfica da América Latina e do Brasil. A consecução de uma história global a partir principalmente desses polos periféricos à historiografia, pouco depois, que em muito está atrelada ao antigo projeto da história total da Escola dos Annales, tem essa particularidade para o final do século XX necessária à análise, pois não é mais uma historiografia detidamente europeia.

E, ainda, já era uma característica da história nova, sobretudo após a popularização da terceira geração dos Annales, a influência da micro-história de Ginzburg e seus pares e a história vista de baixo, que está em consonância aos *subaltern studies* do mesmo período (MIGNOLO, 2020). Iggers defende, no entanto, que o culturalismo radical levado a termo com a presença do “giro linguístico”, somado ao domínio do pós-modernismo na historiografia, capitaneada pelo renascimento da narrativa de White (1928-2018) e seus pares, trouxeram prejuízos à historiografia, ainda que: “*De fato, sem pesquisa não pode ser feita nenhuma historiografia séria, e a pesquisa se*

---

<sup>2</sup>Iggers assim define (e critica) o giro linguístico: “*Nos anos setenta e oitenta, surge no Ocidente, mas também no pensamento pós-colonial na Índia e na América Latina, o assim chamado “giro cultural” (cultural turn), que no Ocidente esteve estreitamente ligado com o “giro linguístico”. O cerne de ambos os “giros” formou a crítica da crença comum de todos os historiadores profissionais dos dois séculos anteriores: de que por meio da pesquisa sistemática se obtinha um saber objetivo. (...) A partir da perspectiva do giro linguístico, a linguagem não era reflexo de um passado histórico, mas antes o passado seria uma criação da linguagem [grifo nosso]. Uma tal concepção não oferece qualquer brecha para uma reconstrução realista do passado. (...) O giro linguístico e cultural dos anos 1970 e 1980 refinou a consciência para a complexidade da existência moderna e de seus inúmeros contextos históricos. Entretanto, o giro linguístico e cultural frequentemente criticou o rigor lógico exigido em uma investigação das esferas sociais e culturais, o que, por seu turno, demanda um retorno às ciências sociais.* (IGGERS, 2010, p. 108 e ss.).

*baseia na pressuposição de uma realidade histórica, mesmo quando ela leva em consideração a complexidade do saber histórico, que permite apenas uma construção, e não uma reprodução fiel do passado*” (IGGERS, 2010, p. 109). Como uma das crises apontadas na historiografia pós anos 1980, os legados tanto da história cultural como do renascimento da narrativa tentaram sobrepor, portanto, uma história-devir à história-disciplina. Não podemos, contudo, prescindir dos ganhos dessas pesquisas para a complexificação dos objetos e métodos da história e para a sua cientifização, que já era motivada desde a consecução da concepção moderna de história.

Os historiadores do século XXI não prescindem desses alargamentos, mas atentam para a necessidade do apego às fontes e aos métodos. Como Guldi e Armitage mesmo argumentam em seu **Manifesto**: “*Nossa tese é de que a história — enquanto disciplina e objeto de estudo — pode ser justamente o árbitro de que precisamos nesta época crítica*” (ARMITAGE; GULDI, [2014]/2018, p. 15). Da *história mestra da vida* passou-se à história progressiva, voltada ao futuro, para a qual Koselleck cravou o fim (de sua análise) em 1989 (PROST, 2012) — diferente de Fukuyama, que atestou o fim da história em si. À *história mestra da vida* Guldi e Armitage propõem retomada, no esforço de fazer o futuro público do passado. Afinal, como uma tradição de raciocínio, a história é, ao mesmo tempo, uma forma de conceber o mundo e de se estar nele.

## **2.2. A elegia da história, parte 2: “a fogueira das humanidades”**

Em **Manifesto pela História** ([2014]/2018), Jo Guldi e David Armitage afirmam que um espectro do curto prazo está pairando sobre nosso tempo, anunciando, assim, uma crise na historiografia no século XXI. Vimos até aqui que as constatações de crises não são circunscritas à nossa contemporaneidade e tampouco apenas ao final do século XX, com a influência do pós-modernismo na história. Os dilemas historiográficos à história como ciência das atividades humanas no tempo estão presentes nos textos há décadas. O trabalho de Guldi e Armitage atribui principalmente aos estudos que tratam de recortes cronológicos diminutos a crise atual, mas não apenas. Também discorrem sobre o distanciamento dos historiadores do século XXI do debate público e da diminuição da história como um saber reconhecidamente propício a orientar o futuro. E é sobretudo por causa dessa preocupação com o futuro que os autores elaboram o seu texto como um manifesto e chamam, ao longo do pequeno livro, os historiadores a reverem suas práticas de pesquisa, seus objetos e temas, seus recortes cronológicos e seus métodos:

Vivemos num momento de crise acelerada, que se caracteriza pela falta de pensamento de longo prazo; e isso apesar de a elevação do nível dos mares estar ameaçando comunidades e regiões costeiras baixas, do desperdício mundial de suprimentos por parte das cidades e de as ações humanas deixarem envenenados os oceanos, a terra e os lençóis de água para as futuras gerações. (...). Não há agência pública para o longo prazo à qual se possa recorrer para saber quem, se houver, está preparado para responder a essas mudanças cruciais. (ARMITAGE; GULDI, [2014]/2018, p. 7)

Assim, os autores convocam os humanistas, intelectuais, e historiadores em particular a se envolverem, por meio de seus trabalhos, na solução da crise atual. Para eles, a retomada da “longa duração” característica da segunda geração da Escola dos Annales, na estrutura dos tempos históricos publicada pela primeira vez por Fernand Braudel em 1958, é uma das possibilidades para ampliar o olhar e a ação dos historiadores sobre os problemas do nosso tempo, de um ponto de vista humanístico. Dessa forma, Guldi e Armitage culpabilizam em seu texto tanto a vasta inserção da metodologia da micro-história (principalmente, nos exemplos que eles apresentam no livro, na historiografia norte-americana) como um sintoma do descolamento dos historiadores da realidade atual, como a escolha dos temas e objetos pelos historiadores profissionais que não estão em sua grande maioria, no argumento dos autores, relacionados com as demandas climáticas, pois: “(...) *a história pode traçar um mapa que não apenas inclua as imagens do mundo fantástico do êxito capitalista e as do mundo que arde no apocalipse da mudança climática, mas também caminhos alternativos realistas em direção a um mundo no qual queremos efetivamente viver*” (IBIDEM, p. 106) e com as demandas econômicas atuais: “*Como no caso do debate sobre mudança climática, os dados históricos podem proporcionar não só modelos a imitar, mas também a servir de advertência, em particular com relação aos perigoso efeitos dos monopólios tecnológicos sobre os mercados nacionais*” (IBIDEM, p. 120). Não prescindem, contudo, das contribuições da micro-história e da história vista de baixo para a inserção de personagens e classes outrora excluídos, na história tradicional. Reconhecem a importância das correntes históricas que trataram da cultura e da sociedade, mas insistem ao longo de todo o livro que a micro-história causou a crise do *short-termism* na historiografia. E que a retomada de trabalhos de “longa duração” é a solução.

No artigo “Desafios do século XXI à historiografia” Georg Iggers (2010) afirma semelhantes constatações sobre o culturalismo exacerbado que influenciou a história e a ele atribui consideráveis perdas à pesquisa histórica. O autor também discorre sobre o afastamento dos historiadores do debate público sobre as consequências da crise climática e do recrudescimento das desigualdades socioeconômicas nos anos 1990, afinal: “(...) *os historiadores do período referido, em grande parte pertencem ao establishment acadêmico, cujas perspectivas não necessariamente reproduzem aquelas de grandes parcelas da população*” (IGGERS, 2010, p. 107). E mesmo antes, os historiadores norte-americanos Ellen Woods (1942-2016) e John Foster (1953-) organizaram e publicaram em 1997 a obra **Em defesa da História** ([1997]/1999), na qual diversos autores discutem o envolvimento dos intelectuais com as demandas contemporâneas em relação às verdades científicas, às soluções para as crises econômicas, sociais e ambientais. No entanto, Woods, Foster e os demais autores da obra atribuem ao pós-modernismo a origem da crise das humanidades.

O livro de Guldi e Armitage está organizado em quatro partes principais. Os autores apresentam o conceito da longa duração de Braudel, explicitando a trajetória histórica dos grandes

estudos de síntese que se pretenderam a história total, relembrando a relação com a geo-história — uma característica importante, inclusive, nas pesquisas atuais de Jo Guldi. Defendem que a produção historiográfica de “longa duração” praticamente deixou de existir depois da ascensão da micro-história e da história cultural — ponto este mais criticado pelos autores que debateram depois da publicação do **Manifesto** —, sobretudo na historiografia norte-americana. Discorrem sobre as mudanças climáticas e de governança mundial e desigualdade a partir dos anos 1970 e defendem que para elas os historiadores fecharam os olhos, estando atentos apenas às suas filigranas historiográficas descoladas da realidade social no mesmo momento. Por fim, apresentam a importância do uso do *Big data* pelos historiadores atuais para lidar com a grande quantidade de dados e relacionam esse aspecto ao momento crítico atual, pois: “*Uma das razões que leva uma sociedade a se dar conta de que está passando por uma crise de pensamento de longo prazo é o problema da sobrecarga de informações*” (ARMITAGE; GULDI, [2014]/2018, p. 135).

Pouco depois da publicação do **Manifesto**, diversos historiadores saíram em defesa da micro-história, da história cultural, dos temas e métodos empregados na historiografia em suas diferentes vertentes e criticaram Guldi e Armitage tanto em relação aos dados apresentados na obra como nas constatações e propostas e duvidaram das vantagens de elaboração de obras baseadas em “longa duração” para a compreensão das crises humanitárias atuais. Em “The History Manifesto: a Critique”, artigo de Deborah Cohen e Peter Mandler publicado na *American Historical Review* (a revista da American Historical Association), de 2015, está a crítica mais contundente, que levou a uma tréplica de Guldi e Armitage na sequência na mesma revista. Cohen e Mandler questionam principalmente os dados apresentados e os levantamentos realizados por Guldi e Armitage na utilização da ferramenta Google Ngram Viewer (empregada para medir a frequência de termos em pesquisas on-line) para a aferição da diminuição dos estudos de longa duração como a tendência predominante na historiografia desde os anos 1970, sobretudo na historiografia norte-americana; e questionam firmemente qual teria sido o impacto disso na deterioração das políticas públicas — se fosse possível aferir que tal diminuição de fato ocorreu, em relação ao predomínio de estudos que os autores denominam de micro-história.

Em **Manifesto pela História** Guldi e Armitage citam o estudo da historiadora norte-americana e ex-presidente da American Historical Association, Lynn Hunt, sobre a escrita da história na era global atual, no qual Hunt afirma uma presente crise da história e das humanidades em geral (IBIDEM, p. 14). No entanto, no ano seguinte à divulgação do **Manifesto**, Lynn Hunt publicou um artigo, cuja versão traduzida circulada no Brasil ganhou o título “Devemos reiniciar a história?”, no qual afirma ter se “*prestado ao jogo*” de anúncio das crises na historiografia algumas vezes — como Guldi e Armitage relembram no início do **Manifesto** —, mas sobre esse aspecto faz a ressalva: “*Os ensaios, cuja ambição seja renovar de maneira radical o programa de*



uma disciplina, têm, de modo geral, recorrido ao mesmo procedimento retórico ultrapassado. Os autores primeiro constataam uma “crise” para, em seguida, analisarem as causas antes de propor sua abordagem para remediá-la, e é nesta abordagem que se encontra o artigo de David Armitage e Jo Guldi” (HUNT, 2015, p. 192). O artigo ao qual Hunt se refere em sua análise foi publicado em 2015 na França pelos mesmos autores do **Manifesto**, texto aquele no qual eles reiteram diversos pontos do livro, sobretudo da proposta da “longa duração” como a resposta à crise. Lynn Hunt considera em seu artigo os seguintes questionamentos sobre essa solução dada no programa de Guldi e Armitage:

Qual influência terá o retorno da longa duração sobre os domínios da pesquisa histórica que continuam a se desenvolver? Esse retorno servirá para reafirmar as prioridades das elite políticas e dos métodos da história diplomática, política, militar e econômica? Constituirá um novo pretexto para reduzir os efetivos, pois se uma mesma pessoa pode escrever sobre a história da agricultura britânica, a guerra através dos anos, a fome, a pobreza ou toda a história do planeta, de quantos professores de história as universidades precisarão? Terá por consequência renovar o interesse das elites, dos militantes e das instituições internacionais pela História ou, ao menos, forçar os historiadores a debater sobre a finalidade de seu trabalho? O futuro o dirá. Uma coisa é certa, se nós atravessamos uma crise, ela tem sua própria duração, relativamente longa, uma vez que ela não data de ontem e não se resolverá provavelmente amanhã (IBIDEM, p. 196-197).

O **Manifesto** de Guldi e Armitage foi assim criticado tanto pela periodização questionável da presença dominante da micro-história na historiografia produzida na segunda metade do século XX como sobre a confusão entre micro-história e história cultural que ora e vez se estabelece no livro. Os críticos ao **Manifesto** inquiram se o que Guldi e Armitage denominam micro-história não se assemelharia mais à tendência do presentismo na historiografia recente (nos termos de Hartog, como vimos anteriormente), mesmo porque a “longa duração” não serviria, depois de todas as conquistas metodológicas das perspectivas da nova história, a todos os temas debatidos e pesquisados por historiadores. E, ademais, a perspectiva da história cultural está no embate da historiografia desde há décadas e foi uma importante tendência da história nova. Na crítica brasileira ao **Manifesto**, citamos aqui uma observação contida em um capítulo de autoria de João Adolfo Munhoz Ohara em **Caminhos da história digital no Brasil**, publicado em 2022, no qual sobre o **Manifesto** e a proposta de Guldi e Armitage de retorno à “longa duração” afirma o autor:

Há poucos anos vimos aparecer mais uma grande proposta “renovadora” para a historiografia: materializada no panfleto *The History Manifesto*, de Jo Guldi e David Armitage, essa proposta advoga em favor do poder dos computadores e do “Big data” para um retorno à história de longa duração braudeliana. A motivação, explicam, seria retomar o lugar de importância e relevância que um dia a história teve para aconselhar líderes políticos em suas tomadas de decisão. Não fica claro o que é que há de novo nessa recuperação da história longa, e a pecha de “neopositivista” de Dosse talvez não fosse interpretada como um insulto pelos autores. (MARINO; NICODEMO, ROTA, 2022, p. 34)

Criadora do *Paper Machines* — um programa de computador que organiza e indexa grandes acervos documentais em forma de texto para pesquisa em ciências humanas e sociais — Jo Guldi tem apreço especial pela relação do *Big data* com as humanidades. Os críticos ao **Manifesto**

entendem ser este um aspecto interesse do livro, mas atentam para o cuidado necessário a ser tomado com os índices digitais de informação, principalmente os *ngrams*, afinal o dado em si e não o fato constituído a partir da fonte em pouco diferiria de uma abordagem rankeana da história (ou, nas palavras de Ohara, positivista). Além disso, Jo Guldi é também autora de **Dangerous Art of Text Mining**, sobre o uso dos dados digitais nas pesquisas históricas e **The Long Land War**, um empreendimento intelectual que almeja ser um estudo de “longa duração”, com vistas a debater a relação deteriorada da humanidade com o planeta ao longo de toda história e a refletir sobre os descaminhos da crise climática — e o papel das humanidades na sua resolução, a partir da compreensão dessa trajetória. Dessa forma, as características das pesquisas atuais de Jo Guldi se relacionam diretamente com as propostas do resgate da “longa duração” na historiografia.

Para Jo Guldi e David Armitage, a crise do pensamento de curto prazo decorrido da dominância dos estudos de micro-história também teve relação com a profissionalização da história na academia: a profunda especialização foi uma necessidade da ampliação profissional. Os críticos dos autores do **Manifesto** — e outros que escrevem sobre a inserção, os papéis e funções dos historiadores no século XXI — se questionam tanto se houve mesmo um afastamento dos historiadores do debate público ao qual concerne a presença das humanidades para a plena resolução de nossos dilemas contemporâneos como quais os limites e possibilidades na formação profissional em história para a contemporaneidade.

### 2.3. A ode da história: “*da historia magistra vitae à vita magistra historiae*”

Em **Manifesto pela História**, Jo Guldi e David Armitage atribuem parte das causas da crise do *short-termism* à profissionalização da história dentro das universidades. A popularização da história e o aumento substancial (na análise dos autores) do número de profissionais da área de história levou ao aprofundamento das especializações nas pesquisas desses historiadores. Isto, atrelado às tendências historiográficas a partir dos anos 1960 e 1970, contribuiu para a crise da visão de curto prazo defendida pelos autores. A perspectiva da história como projeto de futuro aventada por Jo Guldi e David Armitage compreende a conciliação entre a historiografia produzida após a terceira geração da Escola dos Annales, acolhendo as diferentes tendências regionais, e a “longa duração” que propõem resgatar: “*O renascimento da longue durée irá continuar, assim esperamos, a obra da micro-história, de desestabilizar as narrativas da modernização, da história liberal e de outras formas de pensamento teleológico. Mas uma micro-história que não se reconecte com narrativas de maior alcance, e que não declare abertamente o que espera subverter e o que sustentar, pode ser uma mera atividade antiquária*” (ARMITAGE; GULDI, [2014]/2018, p. 181). Assim a proposta de retorno à perspectiva de “longa duração”, em consonância com os atributos da

micro-história e da história cultural, possibilitará, no argumento dos autores, o compromisso dos historiadores com a sua função pública e os desafios da contemporaneidade.

Para tanto, defendem o trabalho de arquivo, o ofício do historiador que ao longo de um século se consolidou por excelência nas fontes. E, somado a esse trabalho, a macro-história, a expansão e a complexificação da história-problema e, mais detidamente a própria “longa duração” permitirão, assim, retomar a função da história pública e ajustar a temporalidade, pois para esse ofício não foi dado à sério (ainda) um fim. Nessa metodologia no ofício dos historiadores, Guldi e Armitage identificam uma retomada da *historia magistra vitae*, a história mestra da vida de Cícero. Por meio do trabalho de historiadores profissionais, a história voltaria a ganhar contornos para ensinar também sobre o presente e os futuros possíveis, através da pesquisa e análise desses intelectuais humanistas. Como afirma o historiador brasileiro Temístocles Cezar (1966-), o entendimento da história mestra da vida é marcado pelo tempo presente do historiador, o que pode ser tanto um mobilizador como um limite ao pensamento historiográfico marcado pelo presentismo. O autor propõe uma outra abordagem à função da história e dos historiadores, recuperando um termo criado pelo historiador Fernando Catroga, que inverte o sentido da *historia magistra vitae*:

Com efeito, a história se constitui por uma multiplicidade de sentidos (tempos e espaços). De certo modo, a inversão radical da fórmula ciceroniana proposta por Fernando Catroga parece-me oportuna aqui: “a vida é mestra da história” (*vita magistra historiae*). [...]. Logo, se a história não é mais mestra, não é mais serva, e parece regida por princípios memoriais, então não seria oportuno estudos que se preocupem com as diferentes formas da experiência historiográfica atingir a vida e a vida atingir a experiência historiográfica? (CEZAR, 2018, p. 87-90)

Dessa forma, a *vita magistra historiae*, a vida mestra da história, permite como conceito dirimir paradoxos da concepção moderna de história, no entendimento de Cezar (2018), ao aliviar a história de seus sentidos apriorísticos e, ao mesmo tempo, permitir se compreender a história a partir da experiência humana vivida. Não apenas a história como árbitro, na proposta contida no **Manifesto pela História**, mas também como resultado da conformação do presente, para o qual o historiador tem uma função social pública, que consiste em: “(...) *recuperar a hegemonia da configuração da consciência histórica no sentido de realizar a estafante e difícil tarefa de desnaturalizar aquilo que parece natural, de historicizar radicalmente aquilo que parece eterno, de desconstruirmos a memória, de destruir a pós-verdade*” (CRUZ, 2018, p. 22). Pois, a contemporaneidade e seus desafios no tratamento, análise e divulgação de dados e fontes, na elaboração da historiografia, da experiência do vivido (e do não vivido, mas também imaginado ou erroneamente forjado) trazem à história os ensinamentos de sua elaboração e também ela leva à compreensão e às tarefas das humanidades no presente e no futuro.

### 3. História nas interpretações para o século XXI

O lugar da história no século XXI, em meio aos debates sobre sua epistemologia, mas ainda mais sobre suas fontes, objetos, narrativas, está posto em meio às reflexões sobre as humanidades e ao poder de interpretação e produção de conhecimento sobre a realidade em tempos que se julgam críticos. Nesse momento, o campo historiográfico tem a oferecer suas capacidades de inquirir os dados, produzir os fatos e complexificar os entendimentos sobre memória, tempo, documento, entre outros conceitos caros aos historiadores, pois a história é também ciência de análise de dados, sem abrir mão, no entanto, de todo arcabouço teórico, reflexivo e historicizado que a sustenta. E ajustando criticamente o olhar ao tempo histórico no qual nos localizamos, em que a visão de curto prazo, na definição de Jo Guldi e David Armitage em **Manifesto pela História**, se espalhou como um rastilho e que a contestação da verdade se agudizou. Porém, de uma forma distintamente perniciosa da qual por décadas os historiadores interpuseram seus questionamentos embasados ao próprio ofício na produção das verdades, tal qual foi mais premente a partir do movimento da história nova.

A concepção moderna de história constituída ao longo do século XX e por diversas vezes revisitada e contestada é definida por uma temporalidade voltada para o futuro. É um horizonte de projetos e expectativas marcado pela síntese, ainda que muito do projeto moderno de história tenha se pulverizado em pesquisas cada vez mais monográficas. Como vimos, a atribuição de causas dessa crise moderna foi distribuída a diferentes motivações, passando pela influência do pensamento pós-moderno, pela excessiva especialização dos historiadores profissionais, pelo distanciamento desses intelectuais do espaço público, pelo questionamento das verdades, pelo descrédito dos documentos sobre os quais está assentada a historiografia, pelo relativismo que contaminou o pensamento historiográfico na tentativa de descolar-se da identidade da história como um saber ligado ao poder, entre outras.

Ao mesmo tempo, houve crise na retórica das metanarrativas da modernização e no projeto e valores da modernidade incapazes de lidar com as questões de diversidade e diferença. Ainda assim, podemos afirmar o papel relevante da historiografia nas disputas por uma sociedade mais justa e democrática, que sobre a contemporaneidade continua a produzir suas interpretações a partir da crítica das fontes e do acolhimento dos debates que pululam as humanidades no presente. No presente capítulo, apresentamos algumas das tendências e perspectivas atuais que vigoram na historiografia, levando-se em consideração a trajetória do campo traçada anteriormente e os anúncios de crises e soluções ofertadas pelo pensamento historiográfico.

### 3.1. Humanidades digitais e *Big data* na história digital

No final do ano de 2022 os historiadores Alesson Lemo Rota, Ian Kisil Mariano e Thiago Nicodemo publicaram a obra por eles organizada **Caminhos da história digital no Brasil**. É um compêndio pioneiro na área de história digital, inserido no debate maior das humanidades digitais, que tem ocupado mais o campo historiográfico nos últimos dez anos. Em **Manifesto pela História**, de Jo Guldi e David Armitage, os autores dedicam um dos capítulos a debater a relação do *Big data* e do digital com a história nos tempos atuais de crise e entendem ser necessário o trabalho com grandes bancos de dados para alcançar a proposta de resgate da “longa duração” por eles aventada. Sobre esse aspecto do **Manifesto** os críticos não se opõem, reconhecendo que tanto o uso de grande volume de dados como o trabalho com documentos nato digitais, ou seja, nascidos já no ambiente digital, será cada vez mais necessário para os historiadores no século XXI. Um dos críticos de Jo Guldi e David Armitage, o historiador norte-americano Martin Jay (1944-) discute, em artigo sobre os trabalhos de longa duração defendidos por Armitage, o uso das ferramentas “n-gram”, como o Google Ngram Viewer citado no capítulo anterior, pelos historiadores em suas pesquisas:

Basear-se em um modelo de “n-gram” para medir o progresso (ou regressão) de uma ideia ou palavra-chave ao longo do tempo, com base nos levantamentos estatísticos possibilitados pela pesquisa de um grande número de textos em banco de dados por longos períodos. O valor de tais ferramentas para o campo nascente das humanidades digitais, com certeza, não deve ser descartado de imediato. No rastreamento da frequência variável de palavras, frases, tropos e afins, eles fornecem informações sugestivas sobre padrões de uso em larga escala, permitindo avaliar a popularidade crescente e decrescente dos termos e compará-los com outros em seu campo semântico (JAY, 2021, p. 475).

A historiografia atual debruça-se na definição do que é a história digital e, sobre tal aspecto, ainda não há consenso. O campo das humanidades digitais desde o início do século XXI está mais presente nas reflexões atuais dos pesquisadores em humanidades, que almejam construir não apenas ferramentas digitais de análise social, mas também compreender as dimensões de produção cultural e intelectual humanas levando em consideração os aspectos transformadores das tecnologias sobre nós, indo das nossas mentes ao nosso tempo e passando por tudo que entre eles as sociedades produzem. O conceito de humanidades digitais tenta abarcar tanto essa influência do uso de recursos digitais no estudo das humanidades como também as técnicas de mineração de dados tão caras à própria produção de documentos e fontes sobre os quais os historiadores se deterão. No Brasil, laboratórios de humanidades digitais foram fundados, nos últimos anos, sendo os maiores na UNICAMP (o Centro de Humanidade Digitais) e na UNIFESP (o Lab.hum), com o objetivo de fortalecer as discussões teóricas e metodológicas do campo e formar os pesquisadores no uso de ferramentas digitais em seus trabalhos.

Não obstante, é preciso significar o qualificativo “digital”, o que como definição não está ainda dado, sendo pantanoso delimitar o que é o digital — e mesmo se há necessidade em fazê-lo, apartando as humanidades e a história que não o são (NICODEMO; PEREIRA; SANTOS, 2018). Afinal, muitos dos projetos que envolvem *Big data* condensam informações que possibilitam revisitar a historiografia já produzida, tanto pela facilitação do acesso como de diálogo entre os pesquisadores — e, portanto, o *Big data* não servirá apenas à escrita no futuro da história do presente: “*Já nos referimos ao poder dos Big data, para iluminar as sombras da história, para pôr à prova a sabedoria herdada e interrogar as teorias imperantes sobre o passado*” (ARMITAGE; GULDI, [2014]/2018, p. 177).

O projeto *Paper Machines* (cuja divulgação em seu website anuncia, em tradução livre, “Visualize milhares de textos com o clique de um botão”), coordenado por Jo Guldi e citado no **Manifesto pela História**, é um aplicativo vinculado ao Zotero (um programa de organização de referências e bibliografias de uma corporação de desenvolvimento de softwares) em que é possível ter acesso a documentos, artigos e livros (inclusive antigos) disponíveis digitalmente, no intuito de permitir aos historiadores analisar um maior volume de dados em suas pesquisas. Essa extensão do Zotero funciona como um agregador mais sofisticado que as ferramentas “n-gram”, pois vincula as ocorrências medidas ao compilador bibliográfico e pode facilitar as análises dos estudiosos humanistas, inclusive permitindo o acesso à bibliografia produzida fora dos centros hegemônicos das humanidades, na intenção de seus criadores. No referido capítulo de **Manifesto pela História**, os autores tratam das possibilidades historiográficas do *Paper Machines* e das ferramentas “n-gram”, entre outras, argumentando a fundamental relação entre o uso do *Big data* pelos historiadores e a possibilidade de uma história de “longa duração” no presente e para o futuro.

Dois experimentos historiográficos brasileiros recentes merecem ser referenciados nesse sentido. Em 2022 o historiador Eric Brasil Nepomuceno divulgou um ferramenta de *web scraping*<sup>3</sup> por ele desenvolvida, o *pyHDB*. A ferramenta, programada em linguagem Python, não possui interface de usuário, mas pode ser utilizada através do protocolo disponibilizado pelo pesquisador no GitHub<sup>4</sup>. Por meio da ferramenta, é possível realizar pesquisas em grande volume de dados na Hemeroteca Digital Brasileira, que concentra centenas de periódicos publicados no país desde o início do século XIX e digitalizados pela Biblioteca Nacional. A ferramenta em Python possibilita uma alcance maior do que a pesquisa disponibilizada por formulário no próprio site da HDB, gerando *datasets* (coleções de grandes dados) inclusive em formas já tabuladas (NEPOMUCENO,

---

<sup>3</sup>*Web scraping*, ou raspagem de rede, é uma operação de coleta estruturada de dados da web, feita de maneira otimizada. Essa operação é uma das formas de extrair e organizar grandes volumes de dados e é utilizada recorrentemente por empresas e instituições que possuem sistemas integrados de inteligência artificial no tratamento dos dados gerados por meio da navegação dos usuários na web.

<sup>4</sup>O GitHub é uma plataforma de hospedagem de códigos-fonte criada coletivamente pelos programadores que disponibilizam seus dados.

2022). O segundo experimento que referenciamos aqui é o robô historiador criado pelos historiadores Thiago Nicodemo e Oldimar Cardoso, cuja divulgação foi feita em artigo publicado em 2019. Os autores elaboraram um algoritmo de busca, compilação e análise historiográfica de dados, que utiliza ferramentas de *web scraping* para tratamento de *Big data*, vinculando as pesquisas ao processo OCR (Optical character recognition), pelo qual as máquinas reconhecem os caracteres de texto dentro de imagens, o que possibilita a sistematização em grande volume de dados principalmente em livros digitalizados e disponibilizados em extensões de imagens. Nesse caso, o uso do algoritmo, quando programado, por se tratar de uma inteligência artificial, realiza as buscas e vinculações a partir de alguns parâmetros prévios e a escrita da história, feita a partir dos grandes dados coletados, é realizada pelo robô, mas de forma acurada, levando em consideração as fontes, as referências, a proposição anterior de problemas historiográficos, a elaboração de redes neurais digitais e a transparência do algoritmo (CARDOSO; NICODEMO, 2019).

São apenas dois exemplos distintos, porém complementares, de experiências recentes realizadas por historiadores brasileiros no uso do *Big data* na historiografia, dentre várias outras que têm sido criadas pelos historiadores nos últimos anos. Há, em 2023, diversos códigos de bots historiadores disponibilizados no GitHub, criados por pesquisadores em diferentes lugares e instituições do mundo, assim como em outras áreas de pesquisa científica, e não apenas para as humanidades. O uso de ferramentas digitais de coleta de dados ou até mesmo antes, de processadores de textos, é corrente nas pesquisas e na análise e disponibilização dos dados. A dimensão digital na historiografia e nas humanidades em geral é um ponto sem retorno das práticas científicas das pesquisas, como afirmam Guldi e Armitage: “*Todos esses meios de fazer história também são cruciais para dar sentido aos acontecimentos mundiais do presente e representam uma tecnologia emergente para compor o cenário de um futuro a longo prazo*” (ARMITAGE; GULDI, [2014]/2018, p. 159). No entanto, os pesquisadores brasileiros não prescindem do papel humano dos historiadores na elaboração dos problemas e na arte do ofício do historiador em suas operações, sobretudo da crítica de fontes. A escrita da história no século XXI pode lidar com um volume maior de dados e a proposição dessas ferramentas é defendida como auxiliar ao trabalho crítico de construção das fontes a partir dos documentos utilizados pelos historiadores na elaboração de suas reflexões:

Ao historiador caberá redesenhar esta relação uma vez que as novas tecnologias de informação e comunicação estão a redefinir nossa relação com as formas de registro, de documento e nossa própria cultura mnêmica. A ele espera-se o desenvolvimento de competências de curadoria digital em tempo hábil para que o protagonismo da escrita da história, dos relatos e das ações em prol do conhecimento sobre o passado não seja completamente pulverizado entre atores sociais distintos e canais infor-comunicacionais em ambiente digital cujo comprometimento com o relato histórico seja duvidoso. Resta-nos construir os recursos heurísticos e metodológicos para este novo cenário (PIMENTA, 2017, p. 19).

Ao longo do século XX, como vimos, a crítica ao documento sofisticou-se. As fontes de arquivo e outras tantas foram sendo destrinchadas pela heurística do historiador em meio às reflexões propostas ao ofício. O início do século XXI interpõe a necessidade de diálogo com outras áreas do conhecimento para além das que a história, durante sua trajetória como disciplina, forjara. Nesse novo século, no entanto, ainda mais necessário se faz esse intercâmbio com áreas fora das humanidades, assim: “(...) *como escolher o que é armazenado e como ponderar sobre sua gestão são questionamentos cada vez mais pertinentes ao historiador digital. E urgentes dado o volume, velocidade e variedade da informação no contexto digital. Pois a ineficácia em responder tal demanda nos levaria a uma consequente distopia*”. (PIMENTA, 2017, p. 19). E, acrescentamos, não apenas ao historiador digital, mesmo a teoria da história atual resiste em compreender a história e a história digital como saberes apartados, pois é por meio do digital que inclusive temos acesso ao conhecimento produzido nos lugares mais recônditos. Ainda assim, o historiador, a partir de sua formação de observador e analista dos processos históricos precisa atentar-se aos meios da produção e circulação do que é digital e nas possíveis ainda permanentes exclusões, numa heurística dos tempos digitais que também necessita alterar seus processos de exegese.

As humanidades digitais e a história digital têm mudado a relação com a história do conhecimento. A compreensão dos fenômenos sociais passa inescapavelmente pelo digital — e pela viabilização da informação e da análise de fontes que porventura desse espaço sejam alijadas. Dois caminhos principais para a incipiente história digital se coadunam nesse processo: o uso do digital no campo da história pública (divulgação, escrita e consumo de história pela população fora do ambiente acadêmico) e a discussão metodológica do uso do digital no conhecimento histórico.

### **3.2. História pública e história global: intersecções contemporâneas**

A história pública como um dos campos da historiografia não é uma tendência recente. A expressão teve origem nos Estados Unidos nos anos 1970 e guarda relações com as inserções dos historiadores profissionais fora do ambiente acadêmico especialmente na geração posterior à maior expansão da formação universitária de historiadores naquele país — tal como argumentado por Jo Guldi e David Armitage, essa ampliação foi uma das motivações da crise historiográfica por eles defendida. No entanto, o conceito foi complexificado ao longo das últimas décadas e, na virada para o século XXI, a dimensão pública da história passa a não estar apenas na produção profissional em ambientes externos à educação formal (escolas e universidades) tal como museus, obras de divulgação histórica, espaços de exposição, etc. Mas também pela sua reflexão teórica e metodológica, que trata das demandas sociais e culturais que se arregimentam na história e em seu tradicional poder, ainda que as sucessivas reformulações historiográficas tenham querido dele se



desassociar, pois: “*O público tem necessidade de relatos sobre como chegamos ao limiar de uma crise ecológica e a uma crise de desigualdade*” (ARMITAGE; GULDI, [2014]/2018, p. 179). Nesse sentido, os autores convocam os historiadores a reocuparem os espaços públicos, orientando a formação de políticas para o futuro, baseadas na ampla visão possibilitada pelos estudos de “longa duração”. Não obstante as críticas feitas à análise dos dados por eles apresentados no livro, a inserção da história pública de fato ampliou-se nas últimas décadas, sendo possível perceber ao menos uma maior produção de obras de divulgação histórica. Tais referências, ainda que não tenham a história pública em sua acepção teórica como objeto, pois não são em sua ampla maioria historiográficas, permitem uma maior socialização das pesquisas atuais dos historiadores e atendem ao apelo que nunca arrefeceu às explicações sobre o passado.

Na atualidade o projeto da “História (in)disciplina” configura-se como uma proposta de história da historiografia produzida neste início do século XXI por autores brasileiros, que compreendem e escrevem ao mesmo tempo uma tendência regional e que está ligada ao debate global da história pública para o futuro: “*Diante deste contexto, marcado tanto pelas novas demandas de passado quanto pelo estrangulamento institucional, torna-se urgente que a disciplina histórica, assim como as demais ciências humanas, enfrentem as suas tradições na busca de novas formas de identidade disciplinar e de inserção social*” (AVILA, 2019, p. 12). Para isso, esse grupo de historiadores brasileiros da “História (in)disciplina” propõe a tomada do espaço público e a politização do saber, com a mediação do conhecimento entre a sociedade e a universidade sendo feita dentro e fora dela. Ou seja, estão além da produção de divulgação histórica, a ela se complementando e sobre ela teorizando. Ainda assim, o tensionamento entre a história pública e a história que se pretende global permanece, sendo necessário aos historiadores lidarem com a identidade da escrita da história: “*Décadas se passaram e hoje a disciplina história procura se reconstruir pensando em termos de sua dimensão ‘prática’ e ‘pública’*. Até a velha síntese de uma história nacional retorna como objeto privilegiado. Os tempos são de disputas intensas pelo passado e a dimensão ético-política da escrita da história volta a ser central”. (NICODEMO, PEREIRA, SANTOS, 2018, p. 186).

Mais do que entendida como tendência regional, a produção historiográfica feita no que se consolidou denominar periferia, caracterizou-se por criatividade e originalidade desde o século XX (IBIDEM). Ou seja, a produção historiográfica brasileira, entendida em sua historicidade ligada à tradição universitária e às necessidades políticas de sua consecução, integra a subalternidade, tal como descrita por Aníbal Quijano e, ao mesmo tempo, localiza-se nas suas demandas internas. A historiografia brasileira contemporânea, especialmente na perspectiva da história global, regionaliza-se na latinoamericana, com ela dialogando na produção de conhecimento, portanto, como pergunta-se o semiólogo argentino Walter Mignolo (1941-): “*Os estudos subalternos*

*latinoamericanos visam transformar a historiografia enquanto prática acadêmica e introduzir uma nova dimensão na história dos estudos latinoamericanos, ou visam também perturbar e descarrilhar a vontade dos poderosos?”* (MIGNOLO, 2020, p. 264). Há, assim, na relação entre a história pública e a história escrita a partir da outrora periferia do conhecimento uma preocupação com a dimensão inserida na transformação do saber encastelado, tanto nos personagens e nos produtores como nas suas conclusões, em um sentido de renovação metodológica, mas também teórica. Podemos estender o questionamento de Mignolo ao caso da produção historiográfica brasileira sobre a história pública e global que aqui no contemporâneo se produz, ainda que não precisemos refutar a manutenção de histórias nacionais e regionais. Posto que as novas formas de constituir e acessar os documentos e as fontes, incorporando o *Big data* inclusive, somado às mudanças historiográficas acumuladas desde a ascensão da história nova, do resgate da memória e das narrativas e a contribuição às humanidades dos debates sobre diversidade e diferença não estão apartadas da dimensão da história a partir do nosso local de produção. A história global, apesar de também não ser uma tendência historiográfica recente, não goza de definição precisa entre os teóricos, mas é consenso sua maior inserção entre a historiografia periférica ou subalterna:

O conceito de história global desfrutou de crescente simpatia especialmente após 1990; mas somente em 2006 fundou-se um “Journal of Global History”. Até agora, não há um consenso sobre o que história global realmente signifique e a partir de qual ponto se pode falar de história global. Em vários casos, o conceito de “história global” se sobrepõe ao de “história universal” a ponto de chegar à total identidade; mas a tendência é que ele tem sido usado mais amiúde para o período e também frequentemente para o processo de globalização desde o último terço do século XX (IGGERS, 2010, p. 115).

Como tendências historiográficas vigentes na contemporaneidade a história pública e a história global se reaproximam de concepções anteriores, como por exemplo uma história mestra da vida e o entendimento de história total e de “longa duração” da Escola dos Annales. Não são, contudo, reaplicações anacrônicas. Em **Manifesto pela História**, Guldi e Armitage inclusive referenciam a história global (e a história transnacional) como uma das várias viradas por eles exploradas no livro: “*Armados a essa altura, com perspectivas críticas transnacionais e transtemporais, os historiadores podem constituir-se nos guardiões contra as perspectivas paroquiais e contra o endêmico short-termism*” (ARMITAGE; GULDI, [2014]/2018, p. 187). A história pública e global deste início do século XXI é, como afirma Iggers acima, decorrência do fenômeno da globalização. E também da produção historiográfica acumulada há um século em locais fora do eixo central da anterior história universal e que analisam materialmente essa posição periférica ou subalterna. No entanto, é possível encontrar similaridades nos esforços de síntese propostos nas novas tendências historiográficas, para as quais a profusão de dados e o seu papel e função diante do público, no sentido da democracia e da diversidade, são condições inseparáveis de produção. Se isso será romper com a visão de curto prazo que aventam Guldi e Armitage, como

afirmam seus críticos ao destrinchá-los, não sabemos. Mas as condições da contemporaneidade para a historiografia mantêm e até aumentam os desafios metodológicos e teóricos à sua produção e a história segue sendo reivindicada e tais tendências e perspectivas buscam dirimir as injustiças e impropriedades escritas sobre o passado.

### 3.3. Novas fronteiras para a escrita da história na era da pós-verdade

Em 2016 a equipe de linguistas da Oxford Languages, que organiza e publica o Oxford English Dictionary, escolheu como palavra daquele ano a expressão “*pos-truth*”. A eleição de uma palavra que represente culturalmente o momento é uma prática realizada pela Oxford Languages há quase 20 anos e objetiva refletir, por meio do léxico eleito, os significados culturais percebidos a cada ano, acrescentando-o à lista de verbetes do Dicionário. A frequência na utilização das palavras a serem votadas é uma medida importante no concurso, mas os linguistas tentam captar também os significados da relação entre a cultura e a linguagem através dos tempos, pelo menos em língua inglesa<sup>5</sup>. Não obstante o apelo midiático das escolhas dos linguistas da Oxford, divulgadas maciçamente nos veículos de imprensa, a expressão “pós-verdade” é debatida pela historiografia nesse início de século XXI e está associada, para a escrita da história, aos critérios em relação à verdade e à cientificidade do conhecimento histórico, discussões essas que permeiam a historiografia desde pelo menos meados do século XX.

No entanto, a expressão “pós-verdade” como um conceito do século XXI está ampliada em relação ao debate próprio da história influenciado pelo pós-modernismo e pelo resgate da narrativa, como vimos, no capítulo 1, sobre os escritos de Paul Veyne na sua dúvida a respeito da cientificidade da história e Hayden White na sua divisão entre a história-devir e a história-disciplina. Em sua acepção oxfordiana, “pós-verdade” é: “(...) *um adjetivo definido como ‘relacionado ou denotando circunstâncias nas quais fatos objetivos são menos influentes em moldar a opinião pública do que apelos à emoção e à crença pessoal’*”<sup>6</sup>. A história em sua dimensão pública, ou sua existência no século XXI explicada justamente a partir dessa função, tal como defendem Jo Guldi e David Armitage, precisa assim agregar às reflexões internas da sua consecução as características da contemporaneidade que porventura a afetem.

E, neste início de século, a agudização dos questionamentos sobre a verdade pelo público podem deixar mais frágil a relação da historiografia com a sua objetividade (CRUZ, 2018, p. 22). Interpõem-se, assim, desafios à função pública dos historiadores defendida no **Manifesto pela**

---

<sup>5</sup>WORD of the year 2016. Oxford Languages. Disponível em <<https://languages.oup.com>>. Acesso em: 23 de julho de 2023.

<sup>6</sup>No original em inglês: “*Post-truth is an adjective defined as ‘relating to or denoting circumstances in which objective facts are less influential in shaping public opinion than appeals to emotion and personal belief’*” (IDEM).

**História.** O conceito da “pós-verdade” em muitos casos associa-se a debates políticos que reivindicam preceitos históricos, sendo atingido por ações de revisionismo nem sempre arraigados aos consolidados métodos de análise das fontes, ainda que esses tenham sido diversas vezes questionados pela historiografia, sobretudo na segunda metade do século XX. Ademais, as reflexões contemporâneas sobre o pensamento relativo à modernidade e aos projetos de futuro neste início de século, sobretudo em meio às novas possibilidades ampliadas de acesso às fontes e ao próprio ofício do historiador, após décadas de debates a respeito das características indissociáveis à profissão e a necessidade de ampliação e aprofundamento de seus parâmetros no sentido de acolher as diversidades e contribuições do pós-modernismo, impõem novos parâmetros à historiografia:

Faz parte desse processo, ainda mais em tempos de história pública digital, de intensa popularização da história e talvez até uma história/historiografia pós-textual, maiores reflexões sobre certas ambições autoritárias do discurso histórico em monopolizar as representações do passado, isto é, de controlar uma ‘necessidade vital’: compreender, explicar, interpretar e elaborar a preteridade do passado, no jogo entre apagamentos e permanências (NICODEMO; PEREIRA; SANTOS, 2018, p. 193).

Configura-se, assim, um desafio às formas com as quais a historiografia lidará no presente e no futuro ao mesmo tempo com a necessidade de uma história profissional, uma história-disciplina, metodologicamente assentada em processos que continuam a almejar, se não a ingênua cientificidade positivista, ao menos a irrevogável correspondência aos fatos — ainda que não seja possível deles extrair o passado tal como aconteceu (como preconizava Ranke), justificado por todas as viradas historiográficas acumuladas até aqui – e com as demandas da sua função pública, em um período no qual a constituição das narrativas da trajetória humana é reconhecidamente pertencente a todas e todos. No artigo “Everyman His Own Historian”, citado no início deste trabalho, o historiador norte-americano Carl Becker questiona qual o papel do historiador naquele momento no início do século XX em meio às discussões sobre as memórias do Mr. Everyman, personagem criado e nomeado pelo autor que guia sua exposição no artigo, ou seja, cada ser humano em relação às suas próprias memórias, desde os afazeres do dia a dia e que não são, a rigor, história, ainda que história seja a memória das coisas ditas e feitas<sup>7</sup>. Se de posse das suas memórias, pessoais e coletivas, Mr. Everyman pudesse deduzir a história, então a história profissional não se justificaria. No entanto, a história-disciplina tem o papel de qualificar os fatos e analisar criticamente as memórias, além dos documentos, mantendo assim os critérios de cientificidade no sentido de explicar como aqui chegamos. Ainda que Mr. Everyman, mobilizado por *emoções e crenças pessoais*, tal qual a definição oxfordiana da pós-verdade no século XXI, possa não se importar com a história-disciplina e seus métodos.

---

<sup>7</sup> Nas palavras do autor: “*History is the memory of things said and done*”. *This is a definition that reduces history to its lowest terms, and yet includes everything that is essential to understanding what it really is*” (BECKER, 1932, p. 223).

Pois, história não é memória, não obstante terem sido as contribuições das discussões sobre memória nas décadas finais do século XX fundamentais à ampliação da diversidade dentro da historiografia. Mr. Everyman, diz Becker, não é historiador, mas atenta-se aos seus fatos cotidianos e sobre eles constrói memórias (estejam elas assentadas em fatos verdadeiros ou não), não apenas aquelas relacionadas às filigranas do seu dia a dia, mas também da sociedade na qual esteja inserido. Ao historiador cabe, como nos lembra Bloch ([1949]/2010) em sua derradeira obra, lidar não apenas com seus documentos no sentido de constituir um quadro do passado, mas atentar-se para o seu presente, operando com os tempos na interpretação da realidade. E Mr. Everyman no século XXI está atrás de computadores e *smartphones*, conectado à constituição das memórias de multidões, refém dos fluxos culturais e econômicos — tensionados ao mesmo tempo entre a ampliação da diversidade e o recrudescimento das desigualdades —, que transcendem à própria necessidade de um realidade construída sobre a verdade e produzindo o conhecimento colocado no mundo por meio desses mesmos recursos. Neste novo lugar cultural, urge a reflexão dos historiadores sobre seu papel e permanecem os questionamentos e proposições de Guldi, Armitage e muitos outros historiadores, pois, nas palavras do autores de **Manifesto pela História**:

A história é uma espada de duplo corte, um que abre novas possibilidades para o futuro, e outro que esclarece o passado com seu alarido, suas contradições e suas mentiras. (...). Esta capacidade de distinguir a verdade é parte do legado da análise micro-histórica, mas tem a ver igualmente com os problemas relativos aos *Big data*; em ambos os casos, os historiadores tornaram-se adeptos do exame dos fundamentos das afirmações. Sustentamos que o poder que tem a história de libertar reside em última instância na explicação da origem das coisas, confrontando-as, de um lado, com os grandes processos e, de outro, com os pequenos acontecimentos, para ver o quadro em seu conjunto, reduzindo a massa de dados a uma versão breve e compartilhável (ARMITAGE; GULDI, [2014]/2018, p. 23).

A proposta da função pública dos historiadores e suas pesquisas e escritos tem, assim, para Guldi e Armitage, o desafio da conciliação das contribuições da micro-história com o volume documental da nossa contemporaneidade. Para eles, essa tarefa dá-se no sentido da síntese (em *versão breve e compartilhável*, sinal dos tempos) por meio dos estudos de longa duração que nos expliquem como aqui chegamos e nos aconselhem sobre o futuro. A escrita da história ao longo de séculos reconfigurou-se, tentando encontrar em si mesma sua identidade, através do questionamento e refinamento de seus métodos, por vezes duvidando da sua própria cientificidade e justificativa de existência como forma de conhecer as origens e o presente. E não apenas pelos critérios da micro-história, pois diversas foram as tendências incorporadas ao fazer histórico. Ainda que algumas delas tenham excluído a história do edifício das ciências, a história permanece sendo reivindicada pelas sociedades que permanecem necessitando de seus métodos, em direção às verdades das disputas que as conformaram e ainda conformam.

## Conclusão

Os historiadores gostam de ressaltar que, se existe algo certo sobre o futuro, é que ele será diferente de todas as previsões feitas sobre ele<sup>8</sup>. [Peter Burke, 2015].

Este trabalho foi redigido entre os meses de abril e julho de 2023 por meio de um editor digital de textos open source, mas com muitos backups em softwares comerciais. Os materiais de pesquisa utilizados foram poucos livros físicos de acervo pessoal, diversos disponíveis na *web* e vários artigos somente encontrados digitalmente (as revistas científicas assim circulam suas edições já há mais de uma década). Mais ainda, este trabalho é o último de um curso de especialização que foi realizado parcialmente de forma remota, em decorrência do confinamento causado pela pandemia de Covid-19 que, ainda que compreendêssemos, por meio da ciência e da história, as condições de desenvolvimento e resolução da crise e entendêssemos que o tempo necessário para tal nos manteria em suspenso das nossas próprias vidas, afetou todos, pessoal, mental e profissionalmente. Estudantes e professores se adaptaram ao estudo à distância, pesquisadores precisaram desenvolver métodos que respeitassem o necessário isolamento. Arquivos e bibliotecas ficaram inacessíveis (para não citar laboratórios). Após esse obscuro período de adequação de professores e pesquisadores, no final do ano de 2022, a popularização maciça dos *chatbots* de geração de texto levantou questionamentos sobre autoria, criatividade, possibilidades ao futuro da formação profissional e dos métodos das ciências, aumentando o temor pelo futuro das ciências humanas como conhecimento acurado sobre a realidade passada e vivida.

Ainda assim, continuamos a fazer e escrever história como historiadores que aprendemos a ser — ainda que alguns historiadores não se julguem cientistas, e mesmo os que o fazem, não acreditam que dos documentos se extraia o passado — coletando fontes, construindo os fatos, dialogando autores, revisitando discursos, elaborando reflexões sobre o nosso tempo. Pois, a história é ciência da humanidade no tempo (para Bloch, dos homens no tempo, mas nos permitimos no século XXI, atualizar o gênero em seu discurso). É sobre o passado e sobre o presente. E o nosso presente implica um novo olhar para as fontes e os pares, para a produção científica e para as transformações sociais, para os dados, especialmente em grandes volumes, e para as complexas relações entre diferentes sociedades no jogo de forças políticas e econômicas. O historiador é um observador de tendências, dos comportamentos, dos fazeres humanos. E analisa fenômenos humanos estando dentro da própria história.

Em 1942 o escritor norte-americano nascido na Rússia, Isaac Asimov, começou a publicar os primeiros textos de sua saga intitulada *Fundação*. Nela, o psico-historiador Hari Seldon prevê o

---

<sup>8</sup>BURKE, Peter. **O que é História do Conhecimento?** Tradução Claudia Freire. São Paulo: Editora Unesp, 2016, p. 177.

declínio do Império Galáctico utilizando matemática para desenvolver a ciência da psico-história, por meio da qual reduziria o intervalo da queda. O autor inspirou-se na obra *A história do declínio e queda do Império Romano*, do historiador inglês Edward Gibbon — quase um século anterior, aliás, à história positivista. Mas, na obra de Asimov, os cálculos precisos de Seldon (que unia, em si, psicologia, história e matemática) previam, ainda que houvesse intercorrências, o futuro tal como ele certamente iria acontecer. Quanto da disseminação das características culturais que um dia na imaginação de Asimov poderiam levar a tal predição não serão transformadas pela era da informação dos grandes dados? Ou da agudização das diferenças ainda perpetradas entre as sociedades? Ainda seríamos humanistas a olhar, cada vez mais perplexos, para os fenômenos e a tentar explicá-los a partir de suas origens e desenvolvimentos. Talvez não como pretensiosos oráculos. E nem apenas como os historiadores do presente ou os do futuro — se houver planeta e futuro — que sobre essa época que vivemos falarão. Mas também o nosso entendimento do passado, como historiadores e humanistas que somos, ao mudar o olhar para o nosso passado. Porque os documentos ficaram mais acessíveis e porque as bases desta ciência chamada história se modificaram. Pois as crises da história têm muito a ensinar aos historiadores e aos que escrevem história sobre como a fazemos e porquê.

No projeto de Jo Guldi e David Armitage, ainda que tenham sido os autores acusados de terem falhado na análise de seus documentos e na construção de sua pesquisa em **Manifesto pela História**, há essa incumbência dada à história de olhar para trás e também para frente. Vimos que a historiografia em muito se remodelou, ao menos nos últimos dois séculos. As suas tentativas de cientifização foram permeadas não apenas pelas influências positivistas ou historicistas, mas também pela sua profissionalização, em lugar de disputas pelos saberes no sentido de, assim queremos, fomentar a justiça social, os plenos direitos e o conhecimento sobre como aqui chegamos. E acolheu reflexões sobre os personagens ao longo do tempo, em análises ora sintéticas ora monográficas. No entanto, permanecemos tentando compreender as razões de nossas pesquisas e nosso lugar como humanistas diante e dentro dessas sociedades. Se não há uma crise de visão de curto prazo — e muito menos se estudos de “longa duração” poderão a ela responder, ainda que entendamos que outras crises das humanidades na contemporaneidade nos conformem e nos atinjam, possam ser elas sociais, econômicas, ambientais, sanitárias — ao menos entendemos que revisitar a história em seus métodos e sentidos continua a ser tarefa dos historiadores, que têm muito a contribuir com a análise crítica por meio de seus métodos, de suas pesquisas, de sua escrita, do seu ensino e de sua divulgação.

## Referências bibliográficas

- AFONSO, Ana Paula Jardim Martins. Estilhaços do espelho: crise dos paradigmas na teoria da história e historiografia de 1970 ao século XXI. **Revista Discente Offícios de Clio**, Pelotas, v. 3, n. 5, jul.-dez., 2018.
- ALVIM, Leandro Guimarães Marques; FORTES, Alexandre. Evidências, códigos e classificações: o ofício do historiador e o mundo digital. **Esboços**, Florianópolis, v. 27, n. 45, p. 207-227, mai.-ago. 2020.
- ARMITAGE, David; GULDI, Jo. **Manifesto pela História**. Tradução Modesto Florenzano. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.
- ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Tradução Andréa Dore. Bauru: EDUSC, 2006.
- AVILA, Arthur Lima de et al. (org.). **História (in)disciplinada: teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico**. Vitória: Editora Milfontes, 2019.
- BECKER, Carl. Everyman His Own Historian. **The American Historical Review**, v. 37, n. 2, p. 221-236, jan., 1932.
- BIAZO, Glauber Cícero Ferreira; SANTOS, Evandro. Teoria da História e História da Historiografia: debates e desafios do conhecimento histórico no século XXI. **Revista Canoa do Tempo/Universidade Federal do Amazonas**, Manaus, v. 10, n. 1, ago., 2018.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2001.
- BONALDO, Rodrigo Bagio; VARELLA, Flávia Florentino. Negociando autoridades, construindo saberes: a historiografia digital e colaborativa no projeto Teoria da História na Wikipédia. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 40, n. 85, p. 147-170, 2020.
- BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As Escolas históricas**. Tradução Ana Rabaça. Lisboa: Publicações Europa-América, 1990.
- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. Tradução Nilo Odalia. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.
- BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.
- BURKE, Peter. **O que é História do Conhecimento?** Tradução Cláudia Freire. São Paulo: Editora da UNESP, 2016.
- CADIOU, François et al. (org.). **Como se faz história: historiografia, método e pesquisa**. Tradução Giselle Unti. Petrópolis: Vozes, 2007.



CARDOSO, Oldimar; NICODEMO, Thiago Lima. Meta-história para robôs (bots): o conhecimento histórico na era da inteligência artificial. **Revista História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 12, n. 29, p. 17-52, jan.-abr., 2019.

CARR, Edward Hallet. **Que é história?** Tradução Lúcia Maurício de Alverga. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

CEZAR, Temístocles. O que fabrica o historiador quando faz ciência hoje? Ensaio sobre a crença na história (Brasil séculos XIX-XXI). **Revista Antropologia**, São Paulo, v. 61, n. 2, p. 78-95, 2018.

CRUZ, Marcus. O lugar dos historiadores no século XXI ou reflexões sobre o fim da historiografia. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 11, n. 2, p. 9-22, ago.-dez., 2018.

FOSTER, John Bellamy e WOOD, Ellen (org.). **Em defesa da História: marxismo e pós-modernismo.** Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

HUNT, Lynn. Devemos reiniciar a história? Tradução de Danilo Alves Bezerra. **Revista Faces de História**, Assis, v. 2, n. 2, p. 191-197, jun.-dez., 2015.

IGGERS, Georg. Desafios do século XXI à historiografia. Tradução de Estevão Chaves de Rezende Martins e Pedro Spinola Pereira Caldas. **Revista História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 4, mar., p. 105-124, 2010.

JAY, Martin. “Ei! Qual é a grande ideia?”: rumações sobre a questão da escala na História Intelectual. Tradução de André da Silva Bueno, Beatriz de Moraes Vieira e Marina Monteiro Machado. **Revista Maracanan/Universidade do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 26, p. 463-481, jan.-abr. 2021.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.** Tradução Carlos Almeida Pereira e Wilma Patricia Maas. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LE GOFF, Jacques (org.). **A história nova.** Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001.

MALERBA, Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 37, n. 74, p. 135-154, 2017.

MARINO, Ian Kisil; NICODEMO, Thiago; ROTA, Alesson Lemon (orgs.). **Caminhos da história digital no Brasil.** Vitória: Editora Milfontes, 2022.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais, projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar.** Tradução Solange de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.

MOURA, José Francisco de. Verdade e realidade: o pós-modernismo e a tentativa de destruição da História-Disciplina. **Revista Phoênix/UFRJ**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 226-238, 2000.

NEPOMUCENO, Eric Brasil. pyHDB - ferramenta heurística para a Hemeroteca Digital Brasileira: utilizando técnicas de web scraping para a pesquisa em história. **Revista História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 15, n. 40, p. 186-217, 2022.

NICODEMO, Thiago Lima; PEREIRA, Matheus Henrique; SANTOS, Pedro Afonso. Historiografias periféricas em perspectiva global ou transnacional: eurocentrismo em questão. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 30, n. 60, p. 161-186, jan.-abr., 2017.

NICODEMO, Thiago Lima; PEREIRA, Matheus Henrique; SANTOS, Pedro Afonso. **Uma introdução à história da historiografia brasileira (1870-1970)**. São Paulo: FGV Editora, 2018.

OLIVEIRA, Victor da Silva. *Big data* e o tensionamento de paradigmas nas ciências humanas e sociais. In: MARTINS, Tiago; PARIZI, Rafael. **Comunicação & Sistemas de Informação: metodologias aplicadas à integração das ciências**. Uruguaiana: Editora Conceito, 2021.

PIMENTA, Ricardo Medeiros. Nosso futuro em um post: cultura da velocidade, *Big data* e o novo desafio dos “peixes” para os historiadores da era digital. **Revista Transversos**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 9-22, dez., 2017.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Tradução Guilherme João de Freitas. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

REIS, José Carlos. **Teoria & História: tempo histórico, história do pensamento histórico ocidental e pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

SANTOS, Wagner Geminiano dos. A invenção da crítica historiográfica brasileira pós década de 1980: um campo de batalha para modernos e pós-modernos. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, n. 7, p. 128-155, jun., 2012.

VEYNE, Paulo. **Como se escreve a história**. Tradução Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Editora UNB, 1998.